



GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL | 2017

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS CONSOLIDADO



www.cm-vilareal.pt



facebook.com/municipiovilareal

ÍNDICE

1 ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO.....	5
2 RECURSOS HUMANOS.....	8
2.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DO GRUPO MUNICÍPIO.....	8
2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO GRUPO MUNICÍPIO	8
3 EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	10
4 ANÁLISE AO BALANÇO	13
5 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	15
6 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	17
7 STOCK DA DÍVIDA TOTAL	19
MAPA DE EMPRÉSTIMOS.....	20
MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS	24
BALANÇO CONSOLIDADO	25
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO	28
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	29
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS.....	49
PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	51
ENCERRAMENTO DO RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO - 2017	52

No cumprimento da alínea j) do n.º 1 do artigo 35º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, venho submeter à aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas consolidadas do exercício de 2017, constituídos por:

- Relatório de Gestão;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais;
- Balanço Consolidado;
- Demonstração de Resultados Consolidada;
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas;
- Outros Documentos.

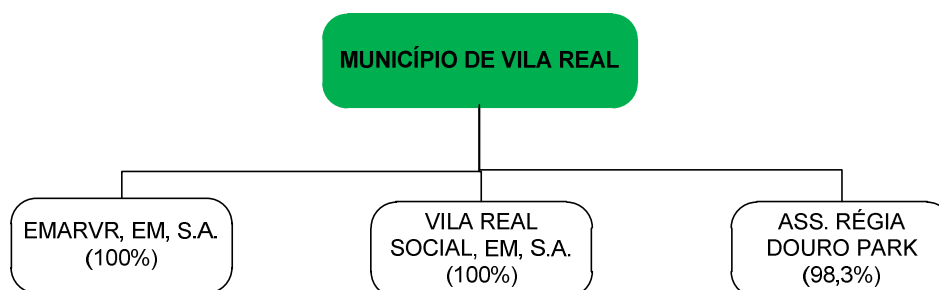
para que nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 33º da referida Lei possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 76º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, conjugado com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013.

Vila Real, 12 de junho de 2018

1 ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Com a entrada em vigor em 1 de janeiro de 2014, da Lei 73/2013 de 3 de setembro, que aprovou o novo regime financeiro das autarquias locais, as entidades incluídas no perímetro de consolidação, deixaram de ser apenas as empresas do setor empresarial local detidas a 100% (conforme estipulado na anterior Lei das Finanças Locais – Lei 2/2007, de 15 de janeiro), passando a ser as entidades controladas pelo Município. Nos termos da Lei 73/2013 é entendido como condição de controlo de entidades não empresariais, reunirem uma das seguintes condições: a detenção da maioria do capital

ou dos direitos de voto, a homologação dos estatutos ou regulamento interno e a faculdade de designar, homologar a designação ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão. Com esta mudança, a Associação Régia Douro Park, passou a partir de 2014 a ser incluída no perímetro da consolidação, pois apesar do seu Fundo Social não ser detido na totalidade pelo Município de Vila Real (detém 98,3%), a autarquia possui a sua maioria e tem a faculdade de designar e destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão.



EMARVR – Empresa Municipal de Água e Resíduos de Vila Real, E.M., S.A.

Empresa Municipal, constituída a 28 de outubro de 2003 e com início da atividade em 1 de janeiro de 2004, esta empresa veio substituir os Serviços Municipais de Águas e Saneamento. A sua atividade abrange: a gestão e exploração dos sistemas públicos de captação e distribuição de água para consumo público, recolha, tratamento e rejeição de efluentes, a recolha e deposição de resíduos sólidos urbanos e a recolha e drenagem

de águas pluviais na área do concelho de Vila Real. Com as alterações introduzidas pela alteração estatutária aprovada em sessão da Assembleia Municipal de 28 de fevereiro de 2013, que procedeu à adaptação dos estatutos à Lei 50/2012 de 31 de agosto, a E.M.A.R.V.R. deixou de ter responsabilidades ao nível da Limpeza Urbana.

Em 22 de julho de 2013, foi aprovada em reunião de Câmara Municipal o aditamento obrigatório “E.M., S.A.” à sua denominação.

ÓRGÃOS SOCIAIS:

Representante do Município na Assembleia Geral - Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos

Conselho de Administração (nomeado na Assembleia Geral de 19 de outubro de 2017):

- **Presidente** – Carlos Manuel Gomes Matos Silva
- **Vogal** – Manuel Maria Antunes Pimentel
- **Vogal** – José Manuel Miranda da Silva

Revisor Oficial de Contas – Rodrigo Mário de Oliveira Carvalho

VILA REAL SOCIAL, E.M., S.A.

Empresa Municipal, constituída a 28 de outubro de 2003, a Vila Real Social tem por objeto a promoção de habitação social, a gestão social, patrimonial e financeira, do parque habitacional (596 habitações em regime de renda social) e de outros equipamentos. Com as alterações aos estatutos aprovadas em sessão de Assembleia Municipal de 22 de dezembro de 2008,

a empresa deixou de ter responsabilidades: na gestão do Aeródromo Municipal e nos serviços de transportes coletivos urbanos. A Assembleia Municipal aprovou a adaptação dos estatutos à Lei 50/2013 na sua sessão de 28 de fevereiro de 2013. Nos termos da deliberação de Câmara Municipal, de 24 de fevereiro de 2014, foi efetuado o aditamento obrigatório “E.M., S.A.” à sua denominação.

ÓRGÃOS SOCIAIS:

Representante do Município na Assembleia Geral - Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos

Conselho de Administração (nomeação na Assembleia Geral de 4 de dezembro de 2017):

- **Presidente** – Domingos José Monteiro Madeira Pinto
- **Vogal** – Ana Paula Ribeiro José Cardoso
- **Vogal** – António Rodrigues Lisboa

Revisor Oficial de Contas – António Fernando Ledo de Matos

ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO RÉGIA-DOURO PARK – PARQUE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

No dia 29 de outubro de 2009, celebrou-se a escritura pública da constituição da “Associação para o Desenvolvimento do Régia - Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia”. na qual o Município de Vila Real subscreveu 72% do fundo social. Atualmente é detentor de uma quota de 98,3% do Fundo, com a subscrição de 1.228 unidades de participação, em 2012 e de 2.632 UP’s em 2013 (escrituras celebradas em 05 de abril de 2013 e 20 de janeiro de 2014, respetivamente).

O Régia-Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia, resulta da parceria entre a Câmara Municipal de Vila Real, a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, a Câmara

Municipal de Bragança, o Instituto Politécnico de Bragança e a PortusPark – Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto. O centro tecnológico está focado no desenvolvimento dos setores: agro-alimentar, agro-industrial, enologia, vitivinicultura, economia verde, valorização ambiental e tecnologias agro-ambientais. Dada a proximidade geográfica da Região Demarcada do Douro, o setor do Vinho e da Vinha, é uma área de intervenção prioritária que não está contemplada na atual rede de Parques de Ciência e Tecnologia. O Parque contempla uma Incubadora-Aceleradora de Empresas, um Centro de Negócios (Douro Business Center), um Polo Tecnológico de Excelência, e 32 Lotes Industriais.

ÓRGÃOS SOCIAIS (eleitos na Assembleia Geral de 3 de fevereiro de 2017):

Assembleia Geral:

- **Presidente (UTAD)** – João Fernandes Rebelo
- **1.º Secretário (IPB)** – Orlando Isidoro Rodrigues
- **2.º Secretário (Município de Bragança)** – Hernâni Dinis Venâncio Dias

Direção:

- **Presidente (Município de Vila Real)** – Rui Jorge Cordeiro Gonçalves dos Santos
- **Vice-Presidente (UTAD)** – António Augusto Fontainhas Fernandes
- **Vice-Presidente (Portus Park)** – Jónatas Luís Teixeira Pereira

Conselho Fiscal:

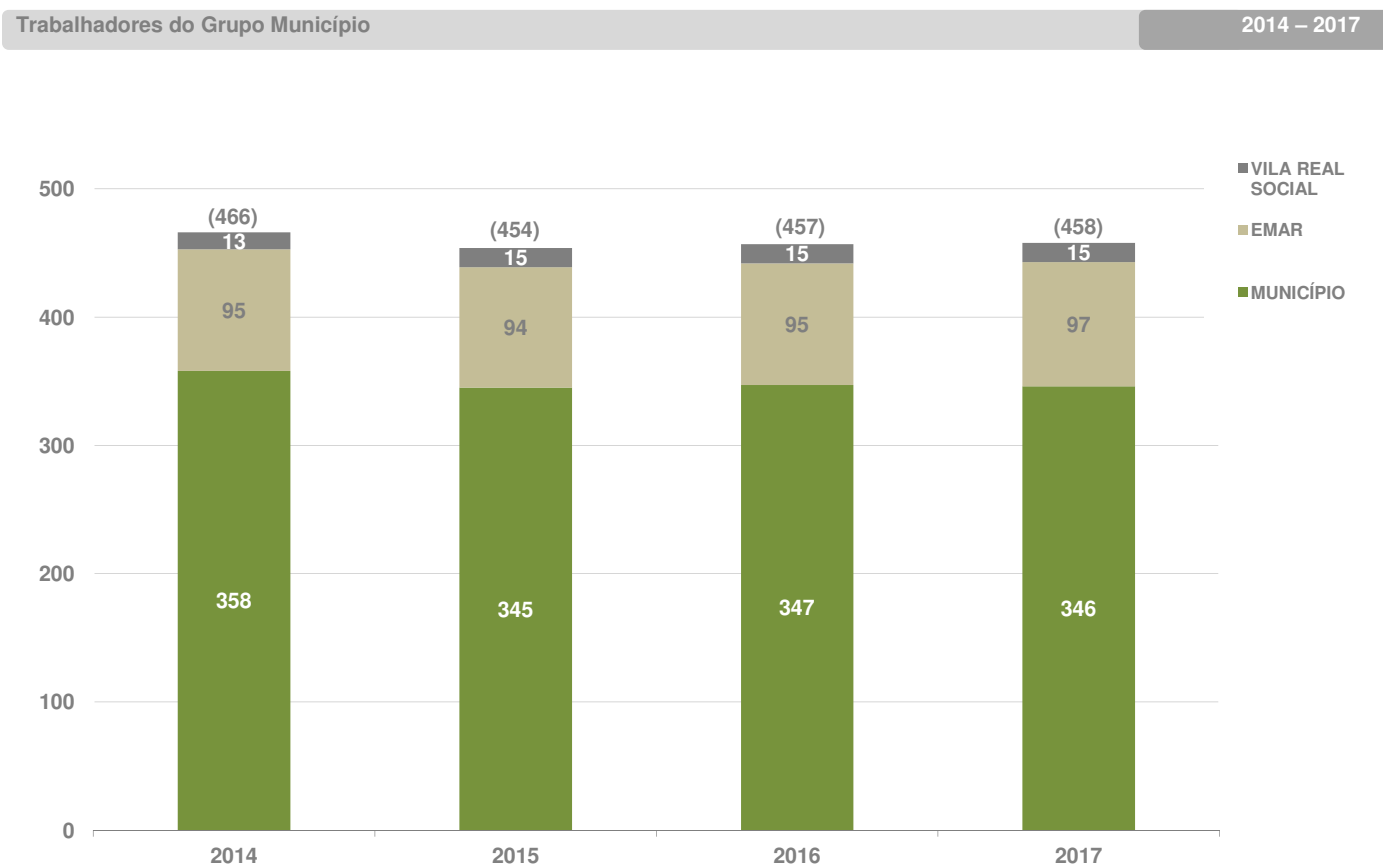
- **Presidente (Portus Park)** – Ângelo Novais Barbosa
- **Vogal (Diretor do DAF do Município de Vila Real)** – Eduardo Luís Varela Rodrigues
- **Vogal (Revisor Oficial de Contas)** – Rodrigo Bruno Magalhães Ribas Pacheco

2 RECURSOS HUMANOS

2.1 EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE TRABALHADORES DO GRUPO MUNICÍPIO

No final de 2017 o Grupo Município possuía 458 trabalhadores, mais 1 que em 2016. Destes, 346 possuíam uma relação contratual direta com o Município e 112 encontravam-se ligados às Empresas Municipais. A variação relativamente a

2016, justifica-se ao nível do Município pela saída de 2 trabalhadores e à admissão de 1 trabalhador, e na EMARVR verificou-se a contratação de 2 trabalhadores, durante o ano de 2017.



2.2 CARACTERIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DO GRUPO MUNICÍPIO

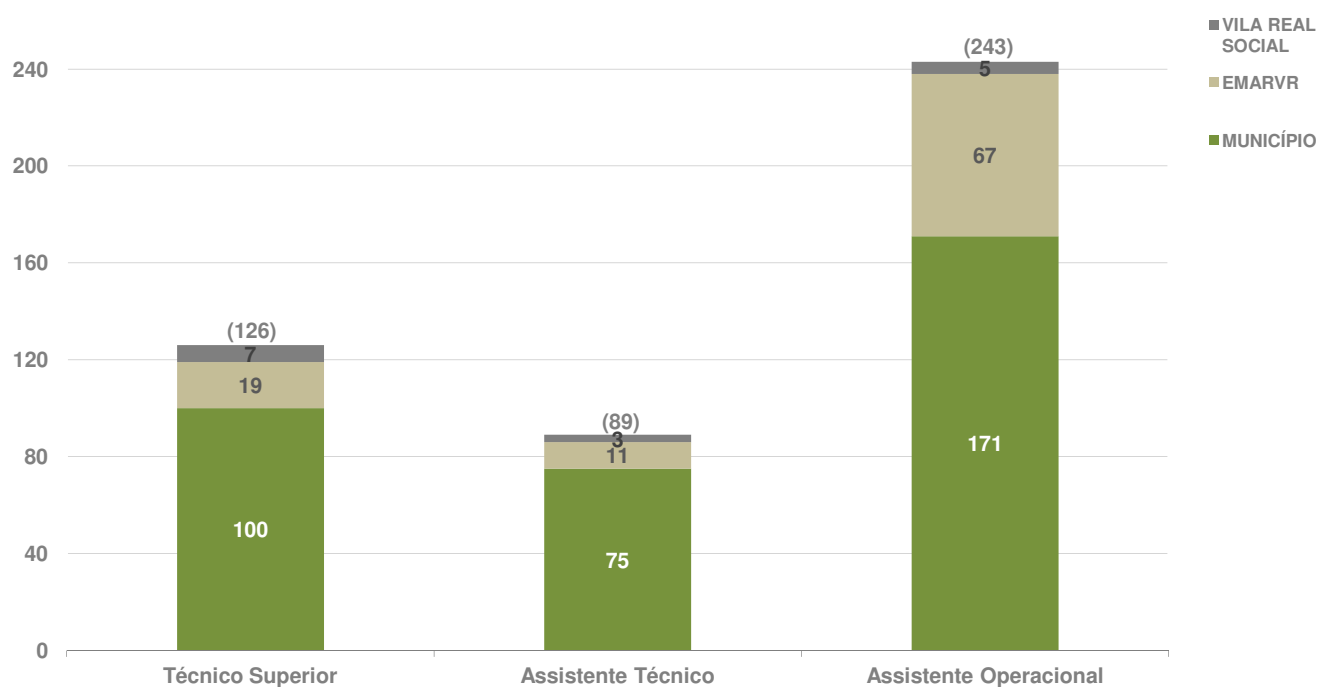
Do total dos 458 trabalhadores que trabalhavam em 31-12-2017, no Município e nas Empresas Municipais, 284 eram do sexo masculino e 174 do sexo feminino.

O grupo profissional dos Assistentes Operacionais totalizava, no final do último ano, 243 trabalhadores e representa a

maioria dos trabalhadores do Município alcançando 53% do total dos trabalhadores, e dentro deste o maior peso é dos operários e de pessoal auxiliar nos estabelecimentos escolares.

Trabalhadores do Grupo Município por Carreira

2017

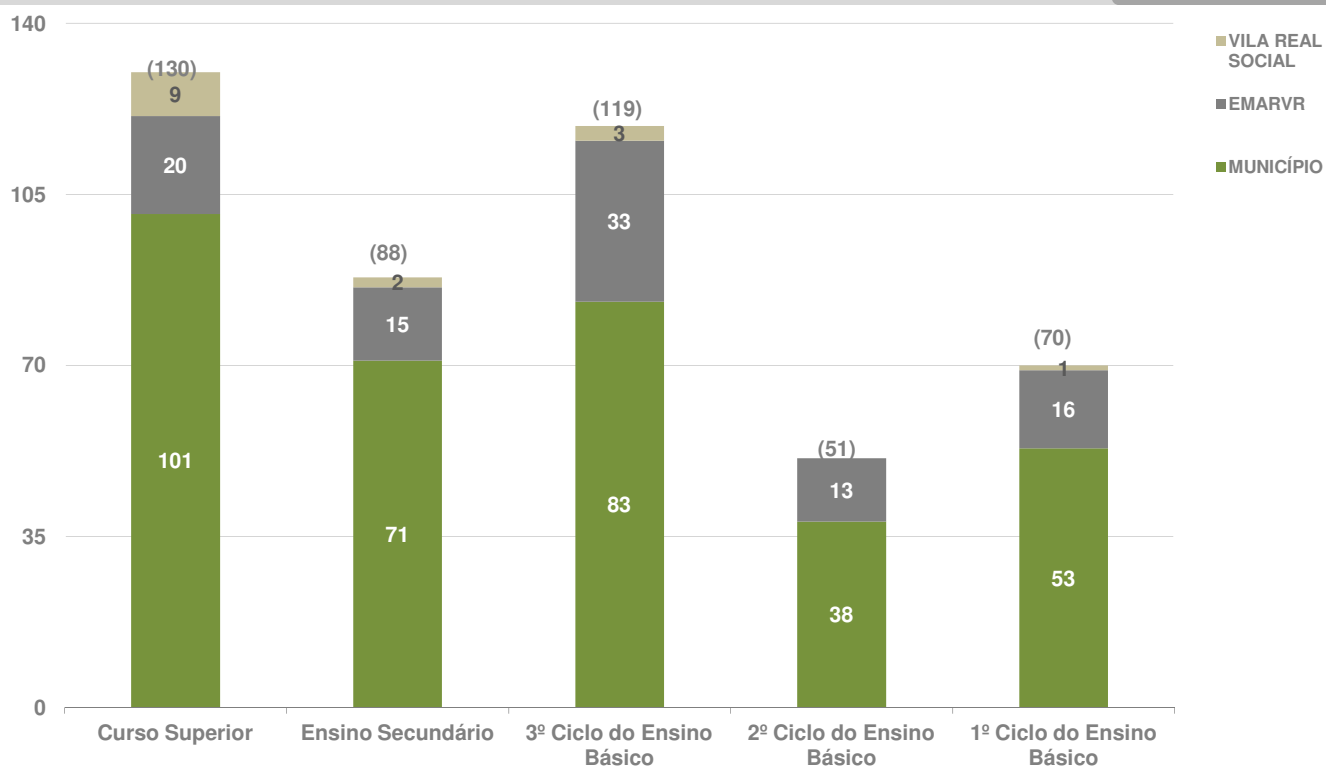


Cerca de 73,5% dos trabalhadores que desempenhavam funções no Grupo Município tinham o 9º ano ou mais de escolaridade, sendo o grau habilitacional que mais

trabalhadores possuíam era o Ensino Superior (130 funcionários).

Estrutura Habilitacional dos Trabalhadores do Grupo Município

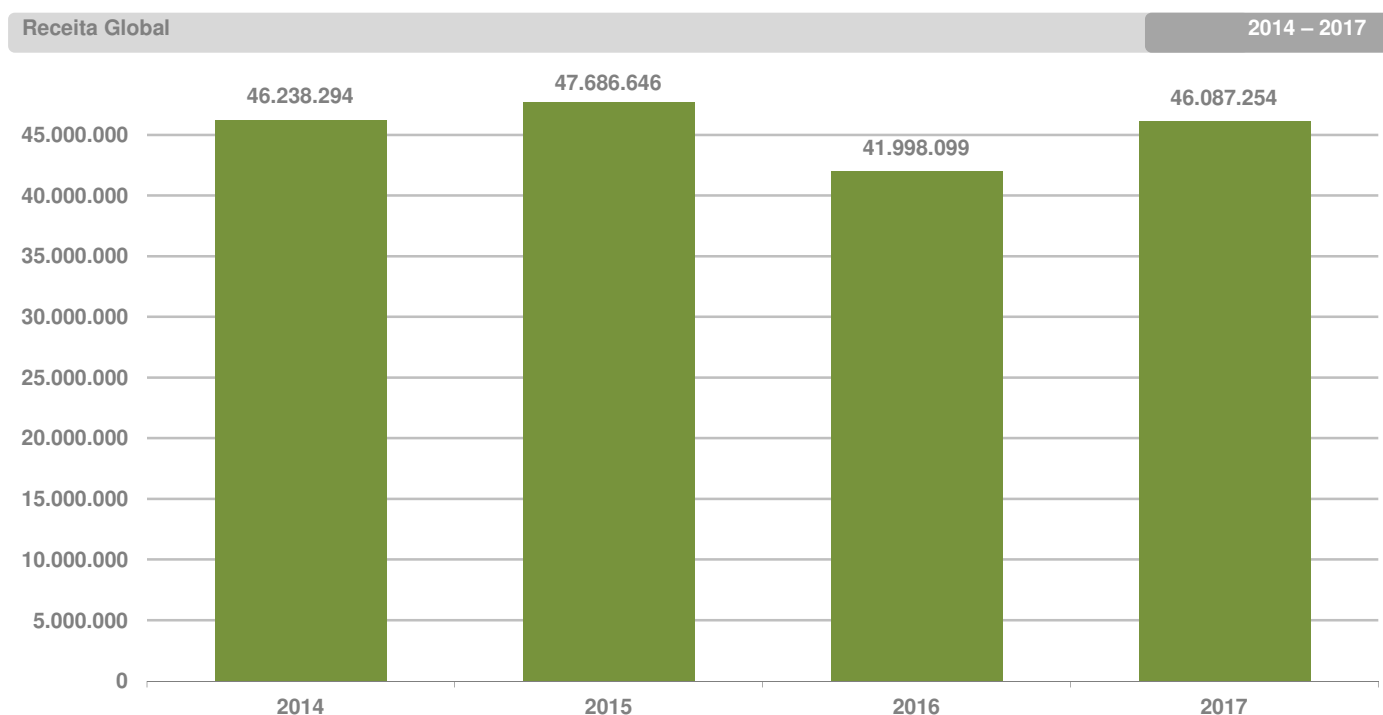
2017



3 EXECUÇÃO DAS OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

No ano de 2017, o total da receita arrecadada pelo Grupo Município de Vila Real alcançou os € 46.087.254, representando um acréscimo de € 4.089.156, face a 2016, ou seja, representa um aumento de 9,7%, no total dos recursos financeiros que o Grupo Município de Vila Real tinha à sua disposição. O aumento de 2016 para 2017, foi suportado pelo crescimento generalizado dos recebimentos de todas as entidades do Grupo. Destaca-se pelos seus montantes, o acréscimo de € 2.647.826 nas Receitas com origem em Fundos Comunitários por parte da EMARVR,

associada ao financiamento das obras de Ampliação de Redes de Saneamento e Reabilitação de ETAR's, e o incremento de € 844.181, face a 2016, dos Impostos Indiretos, Taxas e Multas cobrados pelo Município. O aumento desta receita da autarquia, deve-se maioritariamente ao recebimento de € 508.782, a título de taxas urbanísticas, no ano de 2017, pagos no conjunto pelos 2 novos hospitais e pela grande superfície de utensílios para o lar, que estiveram a ser construídos em Vila Real no último ano.



No exercício de 2017 a Despesa Global do Grupo Município de Vila Real atingiu € 43.259.705, o montante mais elevado desde 2010.

A evolução da realização da despesa foi condicionada pela variação na arrecadação da receita, visto que da aplicação da regra do equilíbrio na execução do orçamento, a despesa está condicionada à angariação da receita.

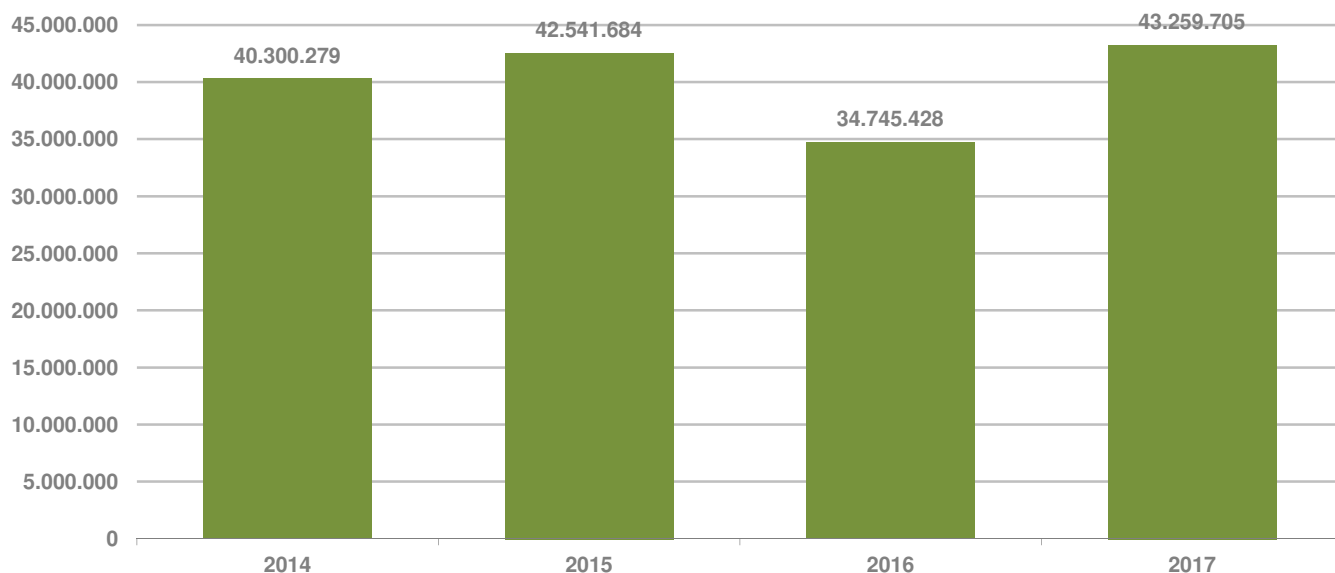
O crescimento de 2016 para 2017 foi resultado da conjugação do incremento das Despesas em termos consolidados do Município (€ 4.361.359), da EMARVR (€ 3.953.949) e da

Associação Régia Douro Park (€ 224.195), e da ligeira redução dos pagamentos da Vila Real Social (- € 25.227).

Deste modo, no final de 2017, registou-se uma diferença entre Receita e Despesa de € 2.827.549,58 que transita para 2018 e poderá ser utilizado em despesa nesse ano. Esta Poupança Orçamental registada em 2017, dota o Grupo Município de Vila Real, de meios financeiros para através dos Fundos Comunitários do Portugal 2020, aumentar a despesa municipal nos próximos anos.

Despesa Global

2014 – 2017



O Equilíbrio Orçamental nos termos do POCAL dispõe por um lado, que as receitas devem cobrir todas as despesas e por outro, que as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes. O cumprimento desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

No Grupo Município verificou-se no último quadriénio que as Receitas foram sempre superiores às Despesas. Ao nível da comparação entre Receitas e Despesas Correntes registou-se durante os últimos 4 anos uma Poupança Corrente, alcançando os € 6.687.333 em 2017, representando uma taxa de crescimento médio anual no último quadriénio de 28,99 %.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

RÚBRICAS		2014	2015	2016	2017	Taxa Média Crescimento Anual 2014/2017
(1)	RECEITAS CORRENTES	32 871 008	33 663 861	34 410 893	34 261 457	1,39%
(2)	DESPESAS CORRENTES	29 754 796	25 748 982	25 836 264	27 574 124	-2,51%
(1) - (2)	POUPANÇA CORRENTE	3 116 212	7 914 880	8 574 629	6 687 333	28,99%

A Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também estipula uma regra de equilíbrio corrente, que se encontra prevista no seu artigo 40º, definindo que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual á

despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No exercício de 2017, a aplicação desta norma, traduziu-se num Saldo de Equilíbrio Orçamental do Grupo Município de Vila Real de € 4.294.701, cumprindo-se com elevada margem o limite legal.

EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL - NOS TERMOS DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS

RÚBRICAS		2017
(1)	RECEITAS CORRENTES	34 261 457
(2)	DESPESAS CORRENTES	27 574 124
(3)	AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS MLP	2 392 631
(1) - (2) - (3)	SALDO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	4 294 701

4 ANÁLISE AO BALANÇO

O Balanço mostra-nos a posição financeira e patrimonial do Grupo Município de Vila Real a 31-12-2017, Ativos, Passivos e

Fundos Próprios comparando-a com a do ano anterior.

Balanço	2017	2016
Ativo	200.255.180	200.346.848
<i>Ativo Fixo</i>	<i>185.895.833</i>	<i>180.401.824</i>
Imobilizado	185.895.833	180.401.824
Bens de domínio público	42.674.229	41.470.995
Imobilizações Corpóreas	132.214.757	128.440.412
Imobilizações Incorpóreas	198.965	173.858
Investimentos Financeiros	10.807.883	10.316.559
<i>Ativo Circulante</i>	<i>6.748.989</i>	<i>11.347.425</i>
Existências	372.797	397.508
Dívidas de Terceiros	1.684.753	2.094.233
Disponibilidades - Orçamentais	2.828.550	7.253.170
Disponibilidades - Cauções e OT's	1.862.890	1.602.514
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	<i>7.610.357</i>	<i>8.597.599</i>
Fundos Próprios	121.162.930	119.811.732
Património	77.500.000	77.500.000
Diferenças de Consolidação	1.457.309	2.185.964
Ajustamento de partes de capital	1.775.705	1.085.190
Reservas	2.723.185	2.535.676
Doações (I.N.H.)	10.519.136	10.519.136
Resultados Transitados	25.632.783	22.012.140
Resultados Líquidos	1.554.812	3.973.627
Interesses Minoritários		
Participação de 3ºs na Ass. Régia Douro Park	133.074	128.844
Passivo	78.959.176	80.406.273
Provisões para Riscos e Encargos	2.427.138	1.675.017
Dívidas a Terceiros - Emp. médio e longo prazo	11.512.542	13.875.887
Dívidas a Terceiros - Curto prazo Emp. MLP	2.441.432	2.470.718
Dívidas a Terceiros - Fornecedores (Cauções e OT's)	1.862.890	1.602.514
Dívidas a Terceiros - Fornecedores	3.124.761	3.096.891
Dívidas a Terceiros - Estado e Outros Entes Públicos	92.014	134.637
Dívidas a Terceiros - Fundo de Apoio Municipal	771.145	963.931
Dívidas a Terceiros - Adiantamento de Clientes	115.077	57.650
<i>Acréscimos e Diferimentos</i>	<i>56.612.177</i>	<i>56.529.028</i>

A análise à situação financeira do Grupo Município de Vila Real é condicionada principalmente pela situação do Município de Vila Real, uma vez que é a entidade do grupo com maior dimensão, ao nível dos agregados financeiros e patrimoniais, devido a grande parte da atividade estar a ser operada diretamente por esta entidade.

No exercício de 2017 sobressai a redução do Endividamento Bancário de Médio e Longo Prazo, que diminuiu durante o ano € 2.363.345,30, sendo o fator determinante para a contração global do Passivo.

O montante de € 1.862.890 constante na rubrica do Balanço “Dívidas a Terceiros – Fornecedores (Cauções e OT's)” refere-se a cauções prestadas por fornecedores e de operações de tesouraria.

De acordo com o definido na Lei nº. 53/ 2014 de 25 de agosto, que aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (F.A.M.), os Municípios têm que contribuir com 50% do total do valor do F.A.M. ou seja com € 325.000.000. O Município de Vila Real teve que subscrever € 1.349.503,35, este valor foi calculado nos termos do n.º 3 do art.º 17º da referida Lei 53/2014 e comunicado pela DGAL à autarquia. Nos termos do mencionado diploma, o montante tem que ser realizado durante 7 anos tendo-se iniciado no ano de 2015 e terminava em 2021, nos termos do plano de pagamentos inicial. É de salientar neste ponto, as alterações introduzidas pelo Orçamento de Estado de 2018, que apesar de não terem reflexo contabilístico em 2017, pois entrou em vigor apenas em 1 de janeiro de 2018, estipulou a redução dos valores anuais do plano de pagamentos do F.A.M., em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Deste modo, o Município de Vila Real apenas terá que entregar ao F.A.M. € 289.179,00 entre 2018 e 2020, em vez dos € 771.145,35 anteriormente previstos. O montante de subscrição do F.A.M. encontra-se também registado no ativo, na rubrica de Investimentos Financeiros, juntamente com: a participação do Município no capital da empresa Águas do Norte, S.A. (€ 2.153.620,07), as infraestruturas da EMARVR, utilizadas pelas Águas do Norte, S.A., que possuem um valor contabilístico líquido de € 4.940.225 e os lotes do Parque de Ciência e Tecnologia que representam € 1.956.633.

Os Bens e Direitos que compõem o Ativo do Grupo Município totalizavam no final de 2017 cerca de € 200.255.180 tendo este valor maioritariamente como origem, Fundos Próprios (€ 120.404.052) e não Passivos. O aumento em 2017 face a 2016, das Provisões para Riscos e Encargos, inscritos no Passivo, justifica-se maioritariamente pelo reforço em cerca de € 723.557, por parte da EMARVR, da provisão, com vista a acautelar o risco de um resultado das negociações desfavorável, relativo ao não pagamento de valores mínimos, às Águas do Norte, S.A. pelo fornecimento de água e tratamento de esgotos. Os Acréscimos e Diferimentos, inscritos no Passivo, não correspondem a nenhuma forma de dívida do Grupo Município de Vila Real, correspondendo apenas ao diferimento de proveitos.

O montante de € 1.457.309 registado nos Fundos Próprios na rubrica de Diferenças de Consolidação, são o valor restante de um total inicial de € 3.643.273, registado em 2014, relativo aos valores da operação de transferência de ativos entre o Município de Vila Real e a Vila Real Social, nos termos da deliberação de Câmara Municipal de 02-06-2014, e que se traduziu numa mais-valia contabilística para o Município de € 3.420.288, e para a Vila Real Social de € 222.988 (totalizando € 3.643.273) em virtude do valor atribuído aos imóveis (valor tributário resultado da avaliação geral de prédios urbanos efetuada em 2012 pela então designada DGCI) ser superior nesse montante ao valor contabilístico dos imóveis. Em cada um dos exercícios de 2017, 2016 e 2015 foi deduzido, 1/5 deste valor e imputado aos proveitos do ano, esta operação contabilística será também efetuada nos anos seguintes até o montante constante nesta rubrica ser anulado.

O valor constante na rubrica Interesses Minoritários diz respeito ao montante conjunto da participação que a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (€ 15.000), o Portus Park (€ 15.000), o Município de Bragança (€ 2.000) e o Instituto Politécnico de Bragança (€ 2.000) têm na Associação Régia Douro Park, que sendo inicialmente de € 34.000, ajustada das alterações do capital próprio desta entidade, resultantes da sua atividade, totalizavam em 31-12-2017 cerca de € 133.074.

Conclui-se, que de 2016 para 2017 o valor dos bens e direitos do Grupo Município manteve-se praticamente ao mesmo nível, os Fundos Próprios aumentaram € 1.351.198, e registou-se uma redução global do Passivo de € 1.447.097.

5 ANÁLISE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A Demonstração de Resultados permite uma análise dos fatores que contribuíram para o Resultado Líquido obtido no

exercício, dando uma visão sobre a situação económica do Grupo Município de Vila Real no exercício de 2017.

Resumo Demonstração de Resultados:		2017	2016
Resultados Operacionais:	(A)	-217.413	1.845.172
Resultados Financeiros:	(B)	-298.830	-345.672
Resultados Correntes:	(A) + (B)	-516.244	1.499.500
Resultados Extraordinários:	(C)	2.060.974	2.467.754
Resultado Afeto a Interesses Minoritários	(D)	-10.081	-6.373
Resultado Líquido do Exercício:	(A) + (B) + (C) - (D)	1.554.812	3.973.627

Os Resultados Operacionais registaram uma diminuição de 2016 para 2017, justificada pela diminuição de proveitos e aumento de custos no Município de Vila Real. Ao nível dos proveitos destaca-se a quebra de € 681.369 na cobrança do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis. O crescimento ao nível dos custos foi influenciado por um lado pelo reforço em cerca de € 510.599, dos encargos com Transferências e Subsídios Correntes transferidos e Prestações Sociais, refletindo o aumento do apoio a instituições sem fins lucrativos, neste exercício. Por outro lado os custos com pessoal, também sofreram um agravamento, de 2016 para 2017, em cerca de € 199.884, associada à mobilidade intercarreiras proporcionada em 2017, a 22 trabalhadores Municipais e à contratação no último trimestre de 2016 de 8 Técnicos Superiores.

A melhoria dos Resultados Financeiros de 2016 para 2017, está associada à diminuição dos encargos com o serviço da dívida do Município, da EMARVR e da Vila Real Social, uma vez que os indexantes associados ao serviço da dívida (Euribor a 3 e 6 meses) atingiram mínimos históricos em 2017, tendo como consequência uma diminuição dos juros de empréstimos.

Os Resultados Extraordinários mantiveram-se largamente positivos em 2017, mantendo-se os proveitos provenientes de transferências de capital superiores aos custos da mesma

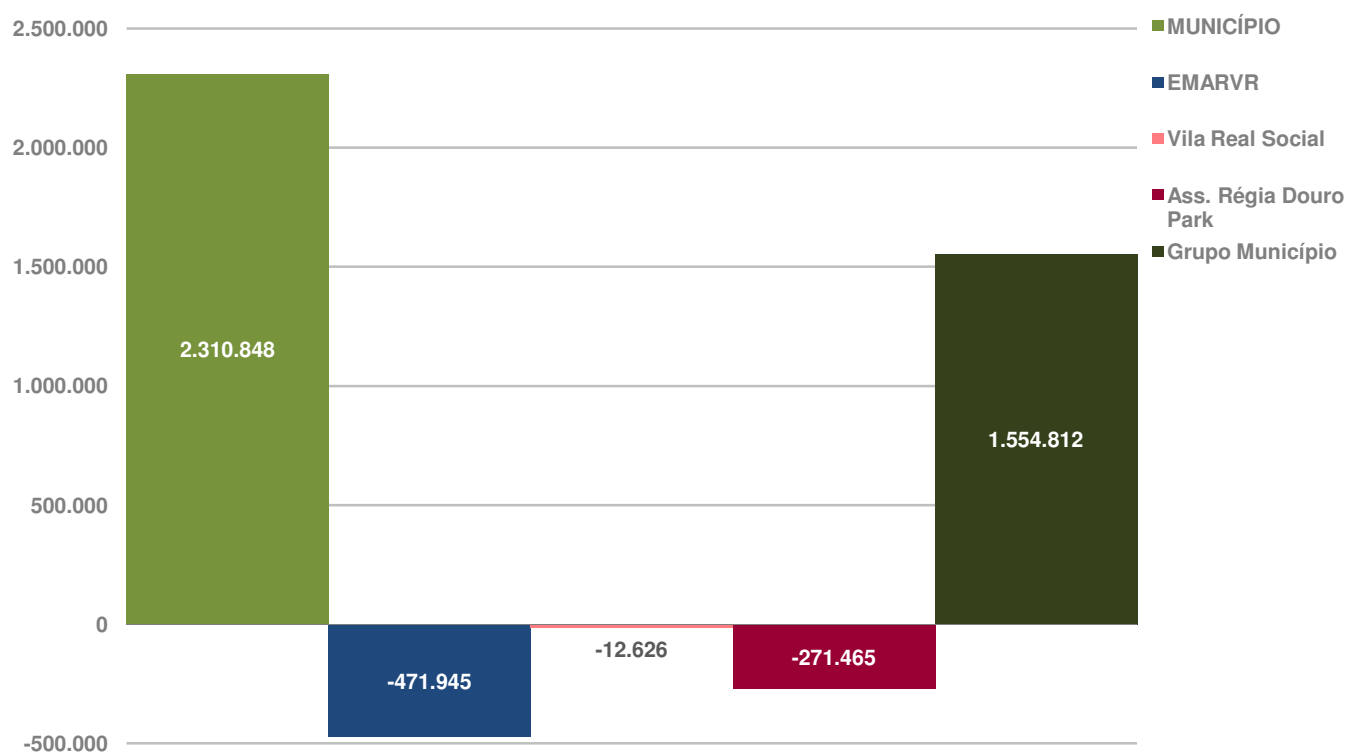
natureza. A redução de 2017, para 2016 é maioritariamente justificada pelo acréscimo em € 455.950, dos custos com transferências de capital para as freguesias, efetuada pelo Município.

O Resultado Líquido do exercício foi de € 1.554.812, que traduz uma capacidade do Grupo em gerar proveitos, para fazer face aos seus custos, e criar margem para continuar a consolidar o Investimento. O Resultado final do exercício foi influenciada pelos Resultados Extraordinários, e apesar do impacto negativo dos Resultados Operacionais e Financeiros manteve-se positivo.

O gráfico seguinte demonstra o contributo de cada uma das entidades para o Resultado Líquido Consolidado em 2017, após eliminação dos movimentos intra-grupo e após ajustar as contas individuais das empresas municipais e da Associação Régia Douro Park, das normas da contabilidade do setor privado (SNC – Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho), para as normas previstas no POCAL (Decreto-Lei 54-A/99 de 22 de fevereiro).

Distribuição do Resultado Líquido do Grupo Município

2017



6 SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em

agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade.

Indicadores	2017	2016
Rendibilidade Líquida do Ativo		
$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Ativo}}$	0,78%	1,98%
Liquidez Geral		
$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Exigível a Curto Prazo}}$	86,21%	150,19%
Liquidez Imediata		
$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Exigível a Curto Prazo}}$	59,92%	117,21%
Índice de Solvência		
$\frac{\text{Dívidas a Terceiros}}{\text{Ativo Total}}$	9,95%	11,08%
Índice de Autonomia		
$\frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Ativo Total}}$	60,50%	59,80%
Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes (C.I.C.P.)		
$\frac{\text{Capitais Permanentes}}{\text{Imobilizado Líquido}}$	71,68%	74,53%

A Rendibilidade Líquida do Ativo, permite aferir da relação entre os Resultados Líquidos e o Ativo, bem como da relação entre custos e proveitos. O resultado deste rácio, indica que no exercício de 2017, no Grupo Município de Vila Real, existiu uma gestão equilibrada dos meios colocados à disposição, com os custos a serem menores que os proveitos em cerca de 0,78% do Ativo.

A regra do equilíbrio financeiro aconselha que a Liquidez Geral, em percentagem, seja superior a 100%, significando nesse caso que não se aproximam situações de dificuldades ao nível da tesouraria. É próximo deste ponto, que se encontra o valor do Grupo Município em 2017.

A Liquidez Imediata mede a existência no momento, de dificuldades de tesouraria. O Grupo Município tinha em disponibilidades cerca de 59,92%, do total das dívidas de curto prazo, sendo entendidas como dívidas de curto prazo, o valor a

amortizar em 2018 de empréstimos de Médio e Longo Prazo, o valor a realizar do FAM em 2017 e as dívidas a fornecedores.

O Índice de Solvência indica a capacidade que a entidade tem, para com o ativo, fazer face aos compromissos assumidos. O valor de 9,95% traduz uma fraca dependência relativamente aos credores, logo a garantia do cumprimento das suas obrigações para com terceiros. A diminuição deste rácio do Grupo Município em 2017, reflete a redução do Passivo de 2016 para 2017.

A estrutura do financiamento da atividade do Grupo Municipal pode ser analisada, através do Índice de Autonomia, que mede até que ponto a atividade está a ser financiada com capitais próprios, o rácio obtido de 60,50%, evidencia que nas iniciativas municipais o recurso a crédito de terceiros tem uma dimensão reduzida, em 2017 este indicador registou uma melhoria face ao ano anterior.

A Cobertura do Imobilizado por Capitais Permanentes evidencia o valor do imobilizado coberto pelos Fundos Próprios e do Recurso ao crédito junto da banca, bem como de terceiros com prazos superiores a 1 ano. O valor deste rácio 71,68%, revela que a larga maioria do investimento é efetuado sem recurso a crédito de terceiros.

O Grupo Município de Vila Real possuía a 31-12-2017 uma posição financeira sólida, derivada de um elevado grau de Autonomia face a credores, conjugado com um forte peso do ativo fixo e uma situação económica, em que os proveitos excedem os custos, traduzindo-se num Resultado Líquido positivo de € 1.554.812.

7 STOCK DA DÍVIDA TOTAL

A 31-12-2017 a dívida a terceiros no Grupo Município de Vila Real encontrava-se contabilizada sob a forma de: Empréstimos Bancários, créditos de Fornecedores e Fundo de Apoio Municipal (FAM).

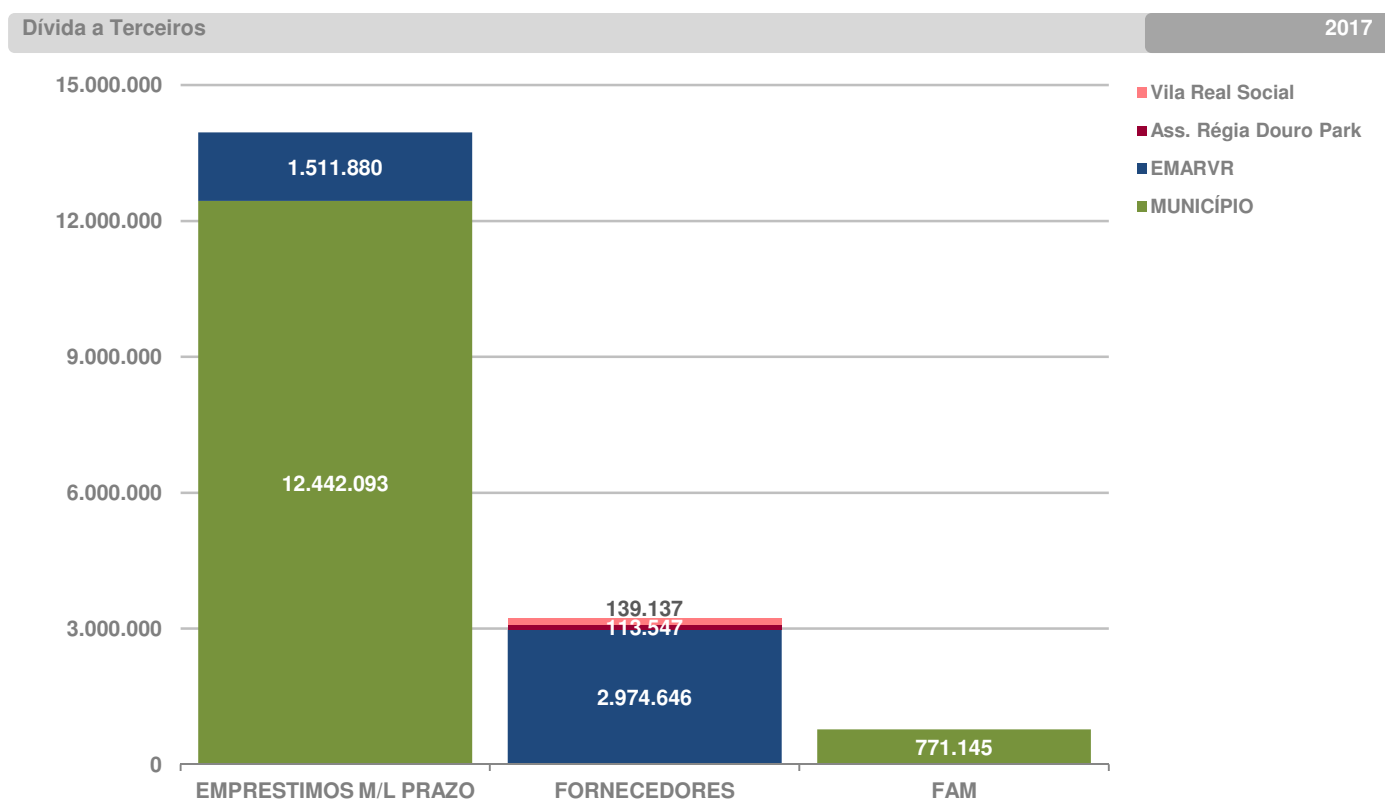
Do total da dívida a terceiros existente no final de 2017 pelo Grupo Município de Vila Real (€ 17.952.449), a grande maioria encontrava-se sob a forma de Financiamento Bancário (€ 13.953.974), ou seja 78%.

O recurso a Empréstimos Bancários no caso do Município e da Vila Real Social foi uma fonte de financiamento complementar, às Receitas Próprias, aos Fundos Comunitários e à Venda de Bens de Investimento, no financiamento do Investimento. No caso da EMARVR do total de € 1.511.880 de dívida bancária, a maior parte (€ 1.250.257) é relativa a um financiamento contraído junto da banca em 2014, para regularização de dívida já vencida às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S. A. relativa a despesa corrente da EMARVR. Durante o ano de 2017, a Vila Real Social terminou a amortização do único empréstimo que tinha contratado, encerrando assim o exercício de 2017 sem dívida bancária.

Em 31 de dezembro de 2017, apenas a Vila Real Social (€ 139.137), a Associação Régia Douro Park (€ 113.547) e a

EMARVR (€ 2.974.646) possuíam dívidas a fornecedores, o Município tinha todas as suas obrigações perante os fornecedores liquidadas.

De acordo com o definido inicialmente na Lei n.º 53/ 2014 de 25 de agosto, que aprovou o regime jurídico da recuperação financeira municipal, regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (F.A.M.), os Municípios tinham que contribuir com 50% do total do valor do F.A.M. ou seja com € 325.000.000. O Município de Vila Real teve que subscrever € 1.349.503,35, este valor foi calculado nos termos do n.º 3 do art.º 17º da referida Lei 53/2014 e comunicado pela DGAL á autarquia. Nos termos do mencionado diploma, o montante tem que ser realizado durante 7 anos tendo-se iniciado no ano de 2015 e terminará em 2021. Os montantes em dívida do FAM (€ 771.145) dizem respeito aos valores inicialmente previstos pagar de 2018 a 2021. Sendo que, como anteriormente já referido, com a entrada em vigor do Orçamento de Estado de 2018, em 1 de janeiro de 2018, o Município de Vila Real apenas terá que entregar ao F.A.M. € 289.179 entre 2018 e 2020, em vez dos € 771.145,35 inicialmente previstos.



CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL
MAPA RESUMO DE EMPRÉSTIMOS - EXECUÇÃO/2017

Caracterização do Empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data contratação empréstimo	Prazo do Contr. do empréstimo	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano			Amortização Acumulada	Divida em 1 de Janeiro de 2017	Divida em 31 de Dezembro de 2017	Obs
					N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total				
Curto prazo																		
Total.....									0						0	0	0,00	
Médio e Longo Prazo																		
I - Empréstimos do Município																		
CGD - 2265	28/02/01	02/11/01	20	16	-----	-----	Intempéries ocorridas no Inverno de 2000/2001 - Sem linha de crédito	1.795.672,43	1.795.672,43	4,63	0,02	105.627,78	130,45	105.758,23	1.373.161,31	528.138,90	422.511,12	
CPP - 26971	27/06/03	24/07/03	20	14	1.608	24/07/03	Arquivo Municipal	465.000,00	465.000,00	3,88	0,66	25.833,34	1.197,04	27.030,38	310.000,08	180.833,26	154.999,92	
CPP - 38679	27/06/03	24/07/03	20	14	1.608	24/07/03	Escola Fixa de Trânsito	395.000,00	395.000,00	3,88	0,66	21.944,44	1.016,84	22.961,28	263.333,28	153.611,16	131.666,72	
CGD - 13268	30/06/04	10/09/04	20	13	1.570	21/07/04	Estr. Ligação Quin./Agarês -Reabilitação da Rede Viária do Concelho em 2004 -Cons. Jardim de Inf. B. S. Vicente P.	1.155.000,00	1.155.000,00	2,22	0,14	69.876,57	885,62	70.762,19	662.683,07	562.193,50	492.316,93	
BPI - 830001	29/04/05	21/10/05	20	12	1.203,00	07/07/05	-Teatro Municipal (Trabalhos a Mais e Revisões de Preços) - Estrada de Agô em Mosteirô	1.260.000,00	1.260.000,00	2,30	0,00	74.520,56	0,00	74.520,56	663.835,57	670.684,99	596.164,43	
CGD - 5781	29/09/06	22/12/08	20	9,03	12464	26/10/06	- Instalação do Centro de Interpretação Arqueológica da Vila Velha - Ampliação do Cemitério de Stª Iria	1.550.000,00	1.550.000,00	4,44	0,00	93.939,39	0,00	93.939,39	704.545,49	939.393,90	845.454,51	
BST - 45239	23/11/07	10/01/08	20	9,98	1566/07	10/01/08	-Construção de Centro de Ciência Viva - Plano de reabilitação e conservação da rede viária municipal principal / estradas e caminhos municipais -Complexo do Seixo (Inclui pavilhão desportivo; interface de transportes; parque de estacionamento e arranjos urbanísticos)	8.000.000,00	8.000.000,00	4,19	0,00	443.499,52	0,00	443.499,52	3.121.505,13	5.321.994,39	4.878.494,87	

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Caracterização do Empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano			Amortização Acumulada	Divida em 1 de Janeiro de 2017	Divida em 31 de Dezembro de 2017	Obs
					N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total				
CCAM - 18323	22/12/08	25/06/09	20	8,52	45/09	12/03/09	- Ampliação e Requalificação da Escola 1º CEB/JI S. Vicente Paula - Ampliação e Requalificação da Escola da Araucária	839.586,00	839.586,00	4,90	0,25	47.198,60	1.570,36	48.768,96	287.653,48	599.131,12	551.932,52	
CGD - 2264	28/02/01	02/11/01	20	16	-----	-----	Intempéries ocorridas no Inverno de 2000/2001 - Com linha de crédito	1.197.114,95	1.197.114,95	3,83	0,01	74.469,51	46,01	74.515,52	899.139,11	372.445,35	297.975,84	3
CGD - 3355	18/11/02	27/11/02	20	15	3284	26/12/02	Biblioteca Municipal de Vila Real	316.694,10	316.694,10	3,81	0,63	20.880,37	793,00	21.673,37	210.240,15	127.334,32	106.453,95	1
CGD - 3356	18/11/02	27/11/02	20	15	3283	26/12/02	Acesso a Folhadela pela UTAD	293.560,74	293.560,74	3,81	0,63	19.355,14	735,07	20.090,21	194.882,86	118.033,02	98.677,88	1
BES - 2304	28/02/01	10/01/02	20	16	4010	20/12/01	Recuperação do Loteamento Industrial - Linha BEI	152.482,52	152.482,52	4,93	0,23	8.050,96	105,57	8.156,53	112.227,72	48.305,76	40.254,80	1
BES - 2401	28/02/01	10/01/02	20	16	4010	20/12/01	Beneficiação da Rua de Santa Iria e Ligação à Cidade de Orense - Linha BEI	326.964,17	326.964,17	4,93	0,23	17.183,92	225,51	17.419,43	240.994,53	103.163,56	85.969,64	1
CPP - 13581	27/06/02	08/08/02	20	15	1899	08/08/02	Conservatório Regional de Música - Com bonificação	369.812,00	369.812,00	3,88	0,64	18.140,32	702,72	18.843,04	279.110,54	108.841,78	90.701,46	1
CPP - 14126	27/06/02	08/08/02	20	15	1899	08/08/02	Conservatório Regional de Música - Sem bonificação	184.906,00	184.906,00	3,88	0,64	10.876,82	421,34	11.298,16	130.521,84	65.260,98	54.384,16	1
CPP - 13599	27/06/02	08/08/02	20	15	1899	08/08/02	Teatro Municipal de Vila Real - Com bonificação	1.815.583,00	1.815.583,00	3,88	0,64	101.940,08	3.948,96	105.889,04	1.305.882,70	611.640,38	509.700,30	1
CPP - 14134	27/06/02	08/08/02	20	15	1899	08/08/02	Teatro Municipal de Vila Real - Sem bonificação	866.785,00	866.785,00	3,88	0,64	50.987,36	1.975,15	52.962,51	611.848,32	305.924,04	254.936,68	1
CCAM - 18323	22/12/08	25/06/09	20	9	45/09	12/03/09	- Ampliação e Requalificação da Escola 1º CEB/JI S. Vicente Paula - Ampliação e Requalificação da Escola da Araucária	680.414,00	680.414,00	4,90	0,25	38.250,50	1.272,63	39.523,13	233.119,00	485.545,50	447.295,00	5
CGD - 1286	20/10/00	12/01/01	25	17	4226	14/12/00	Aquisição de 80 Fogos/Habitação Social em Parada de Cunhos - Linha de crédito INH	1.708.117,26	1.708.117,26	2,23	0,05	76.002,04	446,22	76.448,26	1.060.163,76	723.955,54	647.953,50	2
CGD - 1289	20/10/00	12/01/01	25	17	4225	14/12/00	Aquisição de 80 Fogos/Habitação Social em Parada de Cunhos - Sem bonificação	672.978,12	672.978,12	5,37	0,13	32.490,75	478,95	32.969,70	394.731,97	310.736,90	278.246,15	2
CGD - 1292	28/02/01	21/06/01	25	17	1319	17/05/01	Aquisição de 64 Fogos/Habitação Social em Vila Nova - Linha de crédito INH	1.362.508,35	1.362.508,35	1,91	0,20	59.387,76	258,65	59.646,41	856.589,02	585.307,09	505.919,33	2
CGD - 1293	28/02/01	21/06/01	25	17	1319	17/05/01	Aquisição de 64 Fogos/Habitação Social em Vila Nova - Sem bonificação	590.911,90	590.911,90	4,78	0,99	28.352,77	309,70	28.662,47	348.569,81	270.694,86	242.342,09	2
CGD - 1297	28/02/01	21/06/01	25	17	1318	17/05/01	Aquisição de 60 Fogos/Habitação Social em Parada de Cunhos - Linha de crédito INH	1.339.212,50	1.339.212,50	1,50	0,20	60.477,28	263,40	60.740,68	824.011,57	575.678,21	515.200,93	2

Caracterização do Empréstimo	Data da aprovação pela AM	Data da contratação empréstimo	Prazo do Contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo	Capital			Taxa de juro		Encargos do ano			Amortização Acumulada	Divida em 1 de Janeiro de 2017	Divida em 31 de Dezembro de 2017	Obs
					N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total					
CGD - 1298	28/02/01	21/06/01	25	17	1318	17/05/01	Aquisição de 60 Fogos/Habitação Social em Parada de Cunhos - Sem bonificação	468.610,65	468.610,65	3,75	0,99	22.526,24	246,06	22.772,30	276.070,12	215.066,77	192.540,53	2	
CCAM	13/02/17	06/04/17	20	1	749	06/04/17	- Requalificação da Escola Secundária de S. Pedro - Plano de Reabilitação e Conservação de Arruamentos e Obras Complementares nas Zonas Rurais - Qualificação da Rua de Montezelos - Plano de Reabilitação e Conservação da Rede Viária Municipal Principal/Estradas e Caminhos Municipais	2.970.000,00	0,00	0,86	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0	
Sub-Total								30.776.913,69	27.806.913,69			1.521.822,02	17.029,25	1.538.851,27	15.364.820,43	13.963.915,28	12.442.093,26		
II - Empréstimos de Associações de Municípios																			
III - Empréstimos de Empresas Públicas Municipais																			
1 - ENARVR - Águas e Resíduos de Vila Real, E.M., S.A.																			
BES - 2002	28/02/01	10/01/02	20	16	4007	20/12/01	Drenagem de Esgotos - Folhadela - Linha BEI	66.925,23	66.925,23	4,93	0,23	3.576,62	42,57	3.619,19	50.830,47	19.671,38	16.094,76	1-A	
BES - 2118	28/02/01	10/01/02	20	16	4006	20/12/01	Drenagem de Esgotos - Constantim - Linha BEI	263.284,04	263.284,04	4,93	0,23	14.070,41	168,44	14.238,85	199.967,20	77.387,25	63.316,84	1,4-A	
BES - 2207	28/02/01	10/01/02	20	16	4010	20/12/01	Drenagem de Esgotos - Lordelo - Linha BEI	79.674,14	79.674,14	4,93	0,23	4.257,94	50,68	4.308,62	60.513,37	23.418,71	19.160,77	1-A	
CPP - 13540	27/06/02	08/08/02	20	15	1899	08/08/02	Drenagem de Esgotos - Vila Seca, Gravelos, Flores, Ponte e Mateus - Com bonificação	259.785,00	259.785,00	3,88	0,64	14.844,86	575,06	15.419,92	185.560,75	89.069,11	74.224,25	1-A	
CPP - 14084	27/06/02	08/08/02	20	15	1899	08/08/02	Drenagem de Esgotos - Vila Seca, Gravelos, Flores, Ponte e Mateus - Sem bonificação	129.892,00	129.892,00	3,13	0,64	7.422,40	287,53	7.709,93	92.780,00	44.534,40	37.112,00	1-A	
CPP - 13557	27/06/02	08/08/02	20	15	1899	08/08/02	Drenagen de Esgotos - Parada da Cunhos, Silvela e Granja - Com bonificação	120.668,00	120.668,00	3,88	0,64	6.895,32	267,11	7.162,43	86.191,50	41.371,82	34.476,50	1-A	
CPP - 25643	27/06/02	08/08/02	20	15	1899	08/08/02	Drenagen de Esgotos - Parada da Cunhos, Silvela e Granja - Sem bonificação	60.334,00	60.334,00	3,04	0,64	3.447,66	133,56	3.581,22	43.095,75	20.685,91	17.238,25	1-A	
BCP - 19041	00/01/00	00/01/00	21	0	-----	-----	Regularização de Responsabilidades	3.620.420,38	3.620.420,38	3,55	3,25	757.166,84	54.028,72	811.195,56	2.370.163,46	2.007.423,76	1.250.256,92	A	
Sub- Total								4.600.982,79	4.600.982,79			811.682,05	55.553,67	867.235,72	3.089.102,50	2.323.562,34	1.511.880,29		

Caracterização do Empréstimo	Data da aprovação pela Afli	Data da contratação empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do Empréstimo	Capital		Taxa de juro		Encargos do ano			Amortização Acumulada	Divida em 1 de Janeiro de 2017	Divida em 31 de Dezembro de 2017	Obs
					N.º do registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Actual	Amortização	Juros	Total				
2 - Vila Real Social, E.M., S.A.																		
CCAM	*****	21/04/2009	8	9	*****	*****	Obras Habitação Social	750.000,00	750.000,00	4,28	2,27	59.127,34	680,26	59.807,60	750.000,00	59.127,34	0,00	2-B
Sub- Total																		
Total de B (I + II + III)																		
TOTAL GERAL									36.127.896,48	33.157.896,48			2.392.631,41	73.263,18	2.465.894,59	19.203.922,93	16.346.604,96	13.953.973,55

- 1 - Empréstimos contraídos para execução de projectos participados por fundos comunitários, artigo 32º da Lei nº 42/98, de 6 de Agosto.
 - 2 - Empréstimos contraídos no âmbito do Programa Especial de Realojamento (PER) Lei nº. 34/96, de 29 de Agosto.
 - 3 - Empréstimos contraídos no âmbito de linha de crédito para apoio aos danos causados pelas intempéries no Inverno 2000/2001, criadas pelo Decreto-Lei nº. 38-C/2001, de 8 de Fevereiro.
 - 4 - O valor contratado inicial foi de € 277.141,09, mas dentro do prazo de utilização foi apenas usado € 263.284,04
 - 5 - Excepcionados por despachos de 06-04-2009 e de 21-12-2009 de S. Exa. o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento
- A - EMARVR - Águas e Resíduos de Vila Real, E.M., S.A.
B - Vila Real Social, E.M., S.A.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADO DE OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS

GRUPO MUNICIPIO DE VILA REAL

GERÊNCIA DE 1 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RECEITAS	EXECUÇÃO	%
RECEITAS CORRENTES	34 261 457	74%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	34 261 457	74%
RECEITAS DE CAPITAL	4 573 127	10%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	4 573 127	10%
OUTRAS RECEITAS (SALDOS DA GERÊNCIA ANTERIOR)	7 252 671	16%
TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS	7 252 671	16%
TOTAL GERAL	46 087 254	100%

DESPESAS	EXECUÇÃO	%
DESPESAS CORRENTES	27 574 124	64%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	27 574 124	64%
DESPESAS DE CAPITAL	15 685 581	36%
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	15 685 581	36%
TOTAL GERAL	43 259 705	100%

BALANÇO CONSOLIDADO

GRUPO MUNICÍPIO DE VILA REAL

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2017			2016
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	7.835.723,35		7.835.723,35	7.793.818,74
452+453	Edifícios e Outras construções e infra-estruturas	59.471.219,44	27.972.175,84	31.499.043,60	31.815.680,31
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	67.966,08		67.966,08	31.320,96
459	Outros bens de domínio público	235.403,55		235.403,55	235.403,55
445	Imobilizações em curso	3.036.092,07		3.036.092,07	1.594.771,18
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		70.646.404,49	27.972.175,84	42.674.228,65	41.470.994,74
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	28.726,99	28.726,99	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	646.979,45	520.079,32	126.900,13	132.455,83
443	Imobilizações em curso	72.064,97	0,00	72.064,97	41.401,80
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		747.771,41	548.806,31	198.965,10	173.857,65
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	23.517.289,72		23.517.289,72	23.502.235,51
422	Edifícios e outras construções	133.492.437,60	37.400.288,73	96.092.148,87	97.324.799,98
423	Equipamento básico	7.259.195,32	4.864.557,61	2.394.637,71	2.527.888,74
424	Equipamento de transporte	1.529.891,56	1.121.500,30	408.391,26	321.329,80
425	Ferramentas e utensílios	445.922,90	347.329,24	98.593,66	126.115,97
426	Equipamento administrativo	4.443.163,23	3.807.396,24	635.766,99	607.808,40
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	1.326.620,14	920.288,89	406.331,25	386.499,02
442	Imobilizações em curso	8.661.597,69		8.661.597,69	3.643.734,30
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		180.676.118,16	48.461.361,01	132.214.757,15	128.440.411,72
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	2.558.539,81		2.558.539,81	1.772.649,52
412	Obrigações e títulos de participação	1.349.521,82		1.349.521,82	1.349.521,82
414	Investimentos em imóveis	10.383.180,93	3.486.323,09	6.896.857,84	7.191.425,01
415	Outras aplicações financeiras	2.963,08	0,00	2.963,08	2.963,08
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		14.294.205,64	3.486.323,09	10.807.882,55	10.316.559,43
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	311.017,51		311.017,51	327.554,28
35	Produtos e trabalhos em curso	7.445,47		7.445,47	17.507,87
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	54.333,70		54.333,70	52.446,19
37	Adiantamentos por conta de compras				
		372.796,68		372.796,68	397.508,34

Handwritten signatures and initials at the top right of the page.

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		2017			2016
		AB	A/P	AL	AL
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211+212+213	Clientes c/c, contribuintes e Utentes	1.307.018,27		1.307.018,27	1.278.128,60
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	1.584.076,55	1.558.515,38	25.561,17	29.742,57
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	1.175,00		1.175,00	1.175,00
24	Estado e outros entes públicos	189.767,49		189.767,49	174.403,19
264	Administração autárquica				
262+263+267+268	Outros devedores	161.231,48		161.231,48	610.783,19
		3.243.268,79	1.558.515,38	1.684.753,41	2.094.232,55
	Títulos negociáveis:				
151	Ações				
152	Obrigações e títulos de participação	1.000,00		1.000,00	500,00
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		1.000,00		1.000,00	500,00
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	4.677.367,84		4.677.367,84	8.846.725,15
11	Caixa	13.071,52		13.071,52	8.459,32
		4.690.439,36		4.690.439,36	8.855.184,47
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	7.466.069,49		7.466.069,49	8.470.061,63
272	Custos diferidos	144.287,60		144.287,60	127.537,69
		7.610.357,09		7.610.357,09	8.597.599,32
	Total de amortizações				
	Total de provisões.....		80.468.666,25		
			1.558.515,38		
			82.027.181,63		
	Total do ativo	282.282.361,62	82.027.181,63	200.255.179,99	200.346.848,20

Handwritten notes and signatures on the right margin, including '2' and various initials.

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		2017	2016
	Fundos próprios:		
51	Patrimônio	77.500.000,00	77.500.000,00
	Diferenças de Consolidação	1.457.309,10	2.185.963,63
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	1.775.705,29	1.085.190,13
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas Legais	2.503.422,69	2.315.913,61
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	219.762,07	219.762,07
576	Doações	10.519.135,90	10.519.135,90
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos		
59	Resultados Transitados	25.632.783,38	22.012.139,74
88	Resultado Líquido do exercício	1.554.811,59	3.973.626,89
		121.162.930,01	119.811.731,97
	Interesses Minoritários	133.074,36	128.843,50
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	2.427.137,90	1.675.016,58
268994	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
		2.427.137,90	1.675.016,58
23121	Empréstimos de médio e longo prazo - Valor Exigível a Mais de 1 Ano	11.512.541,91	13.875.887,21
26812	Fundo de Apoio Municipal - Valor Exigível a a Mais de 1 Ano	578.359,35	771.145,35
		12.090.901,26	14.647.032,56
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
23122	Empréstimos de médio e longo prazo - Valor Exigível a Menos de 1 Ano	2.441.431,64	2.470.717,75
26812	Fundo de Apoio Municipal - Valor Exigível a Menos de 1 Ano	192.786,00	192.786,00
269	Adiantamentos por conta de vendas	115.076,83	57.650,00
221	Fornecedores c/c	2.451.460,55	2.343.160,94
228+2618+268998	Fornecedores - Faturas em receção e conferência		
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611+2618	Fornecedores de imobilizado c/c	642.413,99	726.728,48
24	Estado e outros entes públicos	243.355,99	271.467,35
264	Administração autárquica		
262+263+267+268	Outros credores	149.450,88	160.137,33
217+222+2612	Garantias e Cauções	1.592.983,83	1.332.547,70
		7.828.959,71	7.555.195,55
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	2.027.015,30	2.499.225,07
274	Proveitos diferidos	54.585.161,45	54.029.802,96
		56.612.176,75	56.529.028,03
	Total do Passivo	78.959.175,62	80.406.272,72
	Total dos fundos próprios e do passivo	200.255.179,99	200.346.848,20

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

GRUPO MUNICIPIO DE VILA REAL

Código de Contas		Exercício			
		2017		2016	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	1 388 049,82		971 621,25	
	Matérias	685 878,99	2 073 928,81	879 024,17	1 850 645,42
62	Fornecimentos e serviços externos:		12 172 685,96		10 754 591,61
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	7 588 488,89		7 383 736,26	
643 a 648	Encargos sociais	2 001 224,41	9 589 713,30	2 006 839,30	9 390 575,56
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		3 660 447,94		3 349 848,26
66	Amortizações do Exercício		6 599 324,11		6 411 386,10
67	Provisões do Exercício		974 997,97		1 392 394,42
65	Outros custos operacionais		113 809,21		130 893,98
	(A)		35 184 907,30		33 280 335,35
68	Custos e perdas financeiros		396 004,92		457 582,67
	(C)		35 580 912,22		33 737 918,02
69	Custos e perdas extraordinários		1 664 341,14		1 180 021,62
	(E)		37 245 253,36		34 917 939,64
	Resultado Líquido Antes de Interesses Minoritários		1 544 730,83		3 967 253,89
	Resultado Afeto a Interesses Minoritários		-10 080,75		-6 373,01
88	Resultado líquido do exercício		1 554 811,59		3 973 626,89
	(X)				
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	2 343 188,68		2 358 611,19	
712	Prestações de serviços	10 112 280,96	12 455 469,65	10 148 772,27	12 507 383,46
72	Impostos e taxas		9 776 191,49		9 893 937,57
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		224 229,07		469 658,12
73	Proveitos suplementares		121 256,29		151 191,79
74	Transferências e subsídios obtidos		12 390 347,38		12 103 336,01
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		34 967 493,88		35 125 506,95
78	Proveitos e ganhos financeiros		97 174,75		111 910,94
	(D)		35 064 668,63		35 237 417,89
79	Proveitos extraordinários		3 725 315,57		3 647 775,63
	(F)		38 789 984,20		38 885 193,52

Resumo:	2017	2016
Resultados Operacionais: (B - A)	-217 413,43	1 845 171,61
Resultados Financeiros: (D - B) - (C - A)	-298 830,17	-345 671,73
Resultados Correntes: (D - C)	-516 243,60	1 499 499,88
Resultados Líquidos Antes de Interesses Minoritários: (F - E)	1 544 730,83	3 967 253,89
Resultado Afeto a Interesses Minoritários	-10 080,75	-6 373,01
Resultados líquidos do exercício consolidados	1 554 811,59	3 973 626,89

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

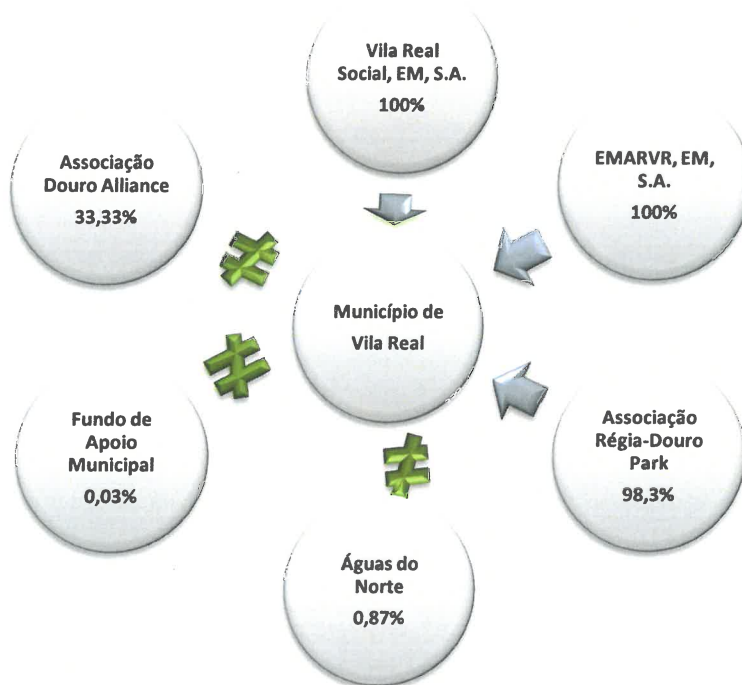
1- ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

1.1- DESIGNAÇÃO DAS ENTIDADES

Fazem parte integrante do perímetro de consolidação, nos termos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais), as entidades controladas pelo Município de Vila Real a 31 de dezembro de 2017.

A consolidação do Grupo Municipal estende-se, nos termos da presente lei, a todas as empresas locais, que nos termos do artigo 7º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integram o setor empresarial local.

O Grupo Município de Vila Real, nos termos da Lei, é composto pelas seguintes entidades:



1.2- ENTIDADES EXCLUÍDAS DO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Águas do Norte, SA

O Município de Vila Real possuía uma participação societária de 3,44% na empresa Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, SA, resultante da subscrição e realização de 962.543 ações do capital social, em julho de 2001.

Por força do normativo (Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio), a respetiva empresa foi integrada nas Águas do Norte, S.A., criada em 2015, e consequentemente o valor da participação no Capital Social reduziu para 0,63%, devido ao aumento do Capital Social de € 27 812 177 para € 142 780 714. Em 2017, foi implementado o processo de cisão, definido no Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, dando origem à criação e respetiva concessão de um novo sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto e ao novo sistema multimunicipal de saneamento do Grande Porto e da constituição das respetivas entidades gestoras, que adotaram a mesma denominação das antigas concessionárias, extintas pelo Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio - Águas do Douro e Paiva, S.A. e SIMDOURO – Saneamento do Grande Porto, S.A. Assim, a referida cisão produziu efeitos em termos contabilísticos e fiscais a 1 de janeiro de 2017. Com esta operação, verificou-se a redução do capital social das Águas do Norte, S.A., passando este a totalizar € 111.061.732, à data de 31/12/2017. A participação de € 962 543 do Município de Vila Real, correspondendo a 0,63% antes da cisão, aumentou para 0,87%, por via da redução do capital total da empresa.

A percentagem de participação no Capital Social, encontra-se refletida nas Demonstrações Financeiras individuais da empresa mãe, tendo ajustado o seu investimento financeiro através do método de equivalência patrimonial.

Participação Inicial	Valor Atual	Variação
962.543	2.153.620	1.191.077

Nota: Valores em euros

Fundo de Apoio Municipal

O Fundo de Apoio Municipal (F.A.M.), foi constituído nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho.

A participação do Município de Vila Real neste Fundo, nos termos do plano de pagamentos inicial, traduzia-se na subscrição de Unidades de Participação no valor de € 1.349.503,35, tendo realizado durante o exercício de 2017, 14,29% das UP's subscritas, o que acrescido às já realizadas em 2016 e 2015, totaliza 42,87% das UP's já subscritas à data de 31.12.2017. No entanto, o Orçamento de Estado de 2018 introduziu alterações ao F.A.M., que apesar de não terem reflexo contabilístico em 2017, pois entrou em vigor apenas em 1 de janeiro de 2018, estipulou a redução dos valores anuais do plano de pagamentos do F.A.M., em 25%, 50%, 75% e 100%, respetivamente para os anos de 2018, 2019, 2020 e 2021. Deste modo, o Município de Vila Real apenas terá que entregar ao F.A.M. € 289.179,00 entre

2018 e 2020, em vez dos € 771.145,35 anteriormente previstos, reduzindo-se assim a participação do Município de Vila Real para € 867.537.

Associação Douro Alliance

A Douro Alliance é uma associação de direito privado sem fins lucrativos criada no âmbito da candidatura ao Programa “Política de Cidades Polis XXI” que, foi constituída por escritura pública em 10 de Julho de 2009, pelos Municípios de Vila Real, Peso da Régua e Lamego, com participação igual dos 3 municípios. Em 2017, nos termos da orientação emanada pela CCDRN nesse ano, a participação nesta Associação, passou a ser contabilizada em Investimentos Financeiros, a participação de 33,33% do Município de Vila Real, correspondia a € 404.919,74 no final de 2017.

1.3- MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO UTILIZADOS:

Por força do normativo, são utilizados dois métodos diferentes de consolidação:

Entidades detidas a 100% - Método de consolidação de simples agregação;

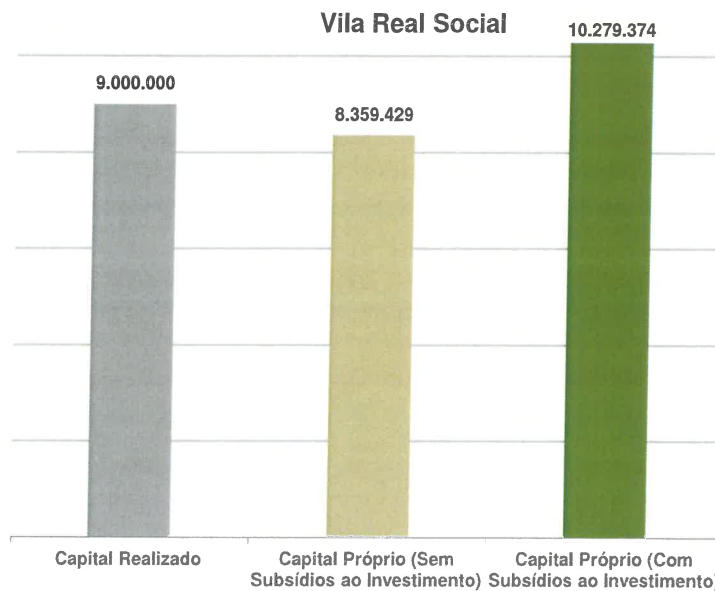
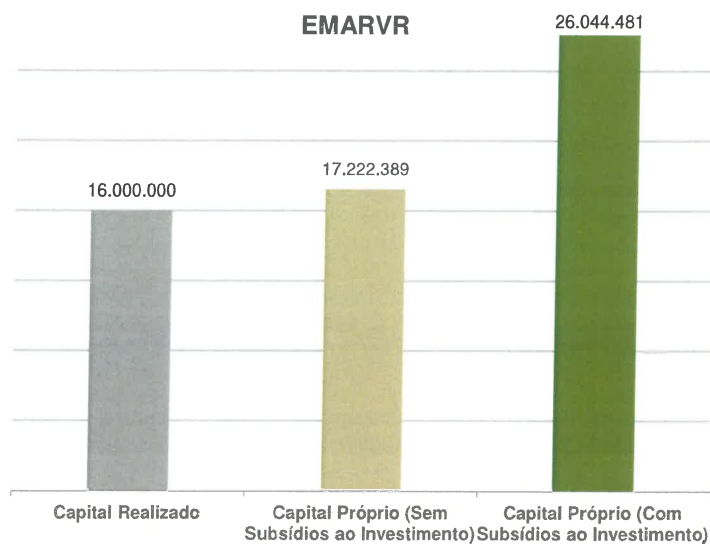
Entidade detida com uma percentagem de 98,3% - Método de consolidação integral – reconhecimento dos interesses minoritários.

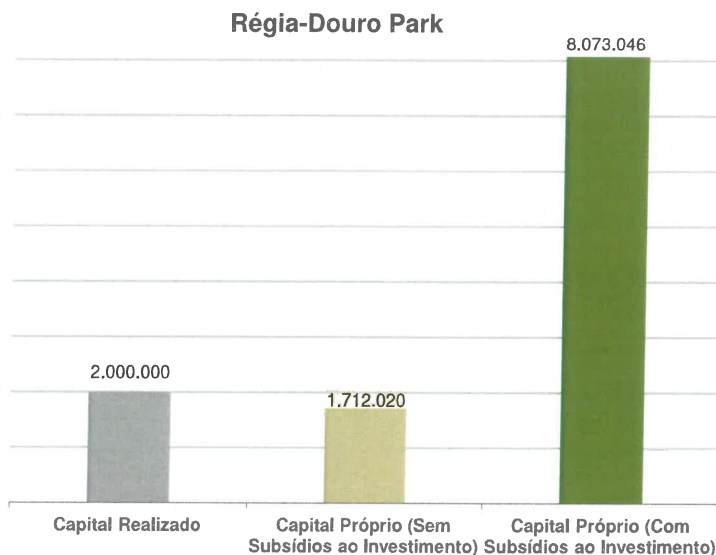
1.4- VALOR DAS PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICÍPIO

O Capital Social das duas EM's - Empresas Municipais na data da sua constituição representava € 25.000.000. Se considerarmos os Subsídios ao Investimento, desde a criação destas empresas, estas participações representavam em 31.12.2017 cerca de € 36.323.855.

No entanto, quando se extraem as quantias escrituradas referentes aos subsídios ao investimento, de acordo com o normativo POCAL, e uma vez que esta classificação nas rubricas dos capitais próprios derivam da adoção, por parte das entidades consolidadas, do SNC-Sistema de Normalização Contabilística, constata-se que o investimento por parte do Município, reflete uma valorização de 2,33%, ou seja € 581.817.

O Fundo Social realizado pelo Município de Vila Real na Associação para o Desenvolvimento Régia-Douro Park, representa um investimento efetuado por parte do Município de Vila Real no valor de € 1.966.000, em que à data de 31.12.2017 desvalorizou 14,40%, quando extraído o montante relativo aos subsídios ao investimento.





É de realçar que apenas 98,3% do Fundo Próprio do Régia-Douro Park, corresponde ao Município de Vila Real, sendo os restantes 1,7% participados por outras entidades, denominadas neste anexo como interesses minoritários.

2- INFORMAÇÕES RELATIVAS À ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas utilizando as regras e critérios da empresa-mãe (Município), ou seja, de acordo com as normas previstas no POCAL (Decreto- Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro).

2.1- PRINCÍPIOS CONTABILÍSTICOS

Com o objetivo das Demonstrações Financeiras consolidadas apresentarem uma imagem verdadeira e apropriada, estas foram preparadas nos termos dos seguintes princípios contabilísticos:

- ✓ Relevância e materialidade;
- ✓ Fiabilidade;
- ✓ Neutralidade;
- ✓ Plenitude;
- ✓ Representação fidedigna da informação.

2.2- CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

2.2.1 - Ativo Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo

No processo de homogeneização o ativo imobilizado foi valorizado seguindo o critério definido no ponto 4.1 do POCAL.

H.





Considerando que as entidades consolidadas se regem pela contabilidade do setor privado (SNC – Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e no caso da Associação Régia-Douro Park aplica o SNC-Entidades do Setor Não Lucrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de Março, que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística), foi necessário efetuar ajustamentos, corrigindo alguns dos critérios utilizados pelas entidades que compõem o grupo municipal. Da aplicação das Normas do POCAL ao Imobilizado das entidades consolidantes, foi anulado parte do valor do imobilizado relacionado com impostos municipais, bem como as mais/menos-valias geradas através das transações de imobilizado entre as entidades.

Ajustamentos ao Imobilizado Incorpóreo:

Entidade	Saldo Inicial - SNC	Correções	Saldo Final
Vila Real Social	37.023	-8.296	28.727

Nota: Valores em euros

Nesta entidade procedeu-se apenas à anulação do montante correspondente a despesas com projetos internos, que não teve qualquer impacto nas contas consolidadas, uma vez que a 31.12.2017 encontravam-se integralmente depreciados.

Ajustamentos ao Imobilizado Corpóreo

Entidade	Saldo Inicial - SNC	Correções	Saldo Final
EMARVR	39.144.100	-747.991	38.396.109
Assoc. Régia-Douro Park	6.783.162	73.889	6.857.051

Nota: Valores em euros

Os ajustamentos efetuados prendem-se com a anulação, na entidade EMARVR, das verbas correspondentes ao pagamento da SISA, que estão imputadas no Imobilizado da EMARVR.

No que respeita à Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, procedeu-se à valorização das parcelas de terreno adquiridas ao Município de Vila Real, para a implementação do Parque de Ciência e Tecnologia, pelo valor registado no património do Município de Vila Real, antes da alienação.

2.2.2 – Investimentos Financeiros e Propriedades de Investimento

As participações nas entidades consolidantes, em 2017 encontram-se valorizadas nas Demonstrações Financeiras da entidade consolidante através do método de equivalência patrimonial.

Quanto à entidade Régia-Douro Park, até 2016, o investimento foi registado nas contas do Município de Vila Real, através da rubrica de transferências de capital ao longo dos exercícios económicos, desde a sua constituição, sendo que em 2017, devido à aplicação da orientação emanada pela CCDRN neste último ano, a participação do Município de Vila Real na Régia-Douro Park passou a ser contabilizado do mesmo modo da participação nas restantes empresas municipais.

Quanto às entidades consolidantes, estas evidenciam no seu ativo (investimentos financeiros) o Fundo de Compensação, que por força da Lei 70/2013, de 30 de agosto obriga as empresas que celebrem contratos de trabalho com data posterior a 1 de outubro de 2013, a efetuarem o Fundo de Compensação de Trabalho, o qual encontra-se regulado pela Portaria 294-A/2013, de 30 de setembro.

Este fundo tem como objetivo salvaguardar o pagamento das indemnizações aos funcionários no caso de despedimento.

Considerando que esta lei não se aplica aos Municípios, foi necessário proceder à respetiva anulação, sendo transferido para a conta Outros Devedores.

Os ajustamentos efetuados na EMARVR, na rubrica de investimentos financeiros, incluem, para além da anulação do Fundo de Compensação de Trabalho (transferido para a conta Outros Devedores), as verbas correspondentes à SISA (€ 515.161), registadas no valor dos edifícios/outras construções – Águas do Norte, S.A..

Na Régia-Douro Park, para além da anulação do Fundo de Compensação de Trabalho, procedeu-se também à anulação da reavaliação dos Lotes efetuada por esta entidade durante o ano de 2017.

Entidade	Saldo Inicial - SNC	Correções	Saldo Final
EMARVR	8.886.979	-516.901	8.370.078
Vila Real Social	495	-495	0
Assoc. Régia-Douro Park	2.231.383	-218.280	2.013.103

Nota: Valores em euros

2.2.3 – Depreciações (amortizações) do ativo imobilizado

A homogeneização da informação obriga a que se aplique o normativo seguido pela empresa-mãe.

No tratamento das depreciações as taxas aplicadas são as constantes do CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril.

Considerando que as entidades consolidadas aplicam as taxas constantes no Decreto-regulamentar 25/2009, de 14 de setembro, foi necessário proceder aos respetivos ajustamentos, tendo-se apurado as seguintes correções:

Entidade	Saldo Inicial Amortizações - SNC	Correções	Saldo Final
EMARVR	17.595.361	3.724.151	21.319.511
Vila Real Social	1.764.331	-869.433	894.897
Assoc. Régia-Douro Park	992.287	-515.379	476.909

Nota: Valores em euros

2.2.4 – Existências

As existências são registadas ao preço de aquisição (incluindo todas as despesas incorridas até à entrada em armazém), nos termos definidos no ponto 4.2 do POCAL.

Quanto ao critério de saída dos stocks em armazém, estes são valorizados através do custo médio.

Sendo este o critério seguido pelas entidades consolidadas que detêm mercadorias/matérias-primas, não houve necessidade de efetuar ajustamentos às rubricas de existências.

2.2.5 – Dívidas de e a terceiros

Todas as dívidas escrituradas encontram-se devidamente fundamentadas através de documentos legais, conforme o estipulado no ponto 4.3 do POCAL.

O Município de Vila Real dando cumprimento ao princípio da prudência, constitui provisões para as dívidas de clientes, nos termos do POCAL:

Dívidas em mora:

6 a 12 meses – constituição de 50%;

Superior a 12 meses – constituição de 100%

As entidades consolidadas no que se refere à constituição de um grau de prudência relativamente a Clientes de Cobrança Duvidosa regem-se pelo normativo contabilístico SNC e nos termos do artigo 35º do Código de IRC, cujas taxas diferem das do POCAL.

Após a análise às provisões dos clientes em cobrança duvidosa, do grupo Município de Vila Real, efetuaram-se ajustamentos, no âmbito do processo de homogeneização, nas seguintes entidades:

Entidade	Clientes Provisionados		Reforço		Total Provisões		Var% Anual
	(SNC) 2017	(SNC) 2016	(POCAL) 2017	(POCAL) 2016	2017	2016	
	(A)	(A1)	(B)	(B1)	(A) + (B)	(A1) + (B1)	
EMARVR	1.105.522	952.458	97.467	122.941	1.202.990	1.075.399	12%
Vila Real Social	13.717	13.717	115.339	114.679	129.056	128.396	1%
Assoc. Régia-Douro Park	5.417	2.328	2.754	1.745	7.880	4.073	100%

Nota: Valores em euros

As provisões para riscos e encargos encontram-se devidamente constituídas, não se procedendo a qualquer ajustamento.

O valor das dívidas de terceiros em situação de cobrança duvidosa do grupo municipal atinge um montante de € 1.558.515, conforme a rubrica 218 – *Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa* sendo a empresa municipal EMARVR detentora de 77% destas situações em mora.

2.2.6 – Disponibilidades

As disponibilidades existentes em caixa e em depósitos bancários encontram-se devidamente registadas nas rubricas das Demonstrações Financeiras das entidades, conforme o estipulado no ponto 4.4 do POCAL.

Entidade	Município VRL	EMARVR	Vila Real Social	Régia-Douro Park	TOTAL GRUPO
Caixa	2.464	3.573	6.832	203	13.072
Depósitos à ordem	2.916.068	1.240.743	267.167	253.389	4.677.368
OT's	-1.148.870	-617.502	-7.038	-89.480	-1.862.890
TOTAL	1.769.662	626.814	266.961	164.112	2.827.550

Nota: Valores em euros

2.2.7 – Subsídios ao Investimento

A homogeneização da informação relativa às taxas de depreciação do imobilizado, mencionadas no ponto 2.2.3, implica que a taxa de imputação dos subsídios, recebidos para financiar o imobilizado, seja também

realizado de acordo com as taxas constantes do CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, regulado pela Portaria n.º 671/2000, de 17 de abril e não com as taxas constantes no Decreto-regulamentar 25/2009, de 14 de setembro. Este procedimento, foi realizado pela primeira vez no Grupo Município de Vila Real no exercício de 2016.

Deste modo, procedeu-se aos seguintes ajustamentos nas empresas municipais e na Associação Régia Douro Park.

Entidade	Saldo Inicial Subsídios - SNC	Correções	Saldo Final
EMARVR	8.822.092	-1.328.529	7.493.564
Vila Real Social	1.919.945	-1.919.945	0
Assoc. Régia-Douro Park	6.361.026	431.719	6.792.745

Nota: Valores em euros

3- INFORMAÇÕES RELATIVAS AOS PROCEDIMENTOS DE CONSOLIDAÇÃO

3.1- Indicação e movimentação dos movimentos extra contabilísticos

No Balanço do Município estão refletidos na rubrica 41 – Investimentos Financeiros todas as participações financeiras nas EM's e respetivos ajustamentos em função das variações existentes no capital próprio de cada empresa.

Quanto à participação realizada pelo Município de Vila Real na Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park, esta encontra-se refletida na rubrica de Resultados Transitados.

Para efeitos da Consolidação tem de ser anulado o agregado de Capitais Próprios nas contas das EM's com os Capitais Próprios /Investimentos Financeiros nas contas do Município, que envolveram os seguintes movimentos:

CAPITAL PRÓPRIO NAS CONTAS DAS EM's – MOVIMENTOS DE ANULAÇÃO				
CONTAS	VILA REAL SOCIAL	EMARVR	Assoc. Régia-Douro Park	TOTAL
Capital	9 000 000	16 000 000	2 000 000	27 000 000
Reservas	7 410	70 525	1 597	79 532
Resultados Transitados (Participação da CM)	- 197 205	- 3 633 706	- 319 436	- 4 150 347
Outras Variações no Capital Próprio (Subsídios de Investimento deduzidos de Impostos Diferidos)	1 971 647	213 574		2 185 221
Interesses Minoritários			- 142 608	- 142 608
TOTAL	10 781 851	12 650 393	1 539 553	24 971 797

Nota: Valores em euros

Movimentos de anulação efetuados nas Demonstrações Financeiras do Município:

CAPITAIS PRÓPRIOS/INVESTIMENTOS FINANCEIROS/RESULT. TRANSITADOS NAS CONTAS DO MUNICÍPIO				
CONTAS	VILA REAL SOCIAL	EMARVR	Assoc. Régia-Douro Park	TOTAL
Resultados Líquidos das EM's em 2017	1 772	299 752		301 524
Ajustamento de Partes de Capital nas EM's	2 647 979	8 176 998		10 824 978
Resultados Transitados das EM's	-3 152 229	4 917 338	6 706 541	8 471 650
Investimentos Financeiros-Partes de Capital	-10 279 374	-26 044 481	-8 246 094	-44 569 949
TOTAL	-10 781 851	-12 650 393	-1 539 553	-24 971 797

Nota: Valores em euros

Note-se que os valores referenciados nas rubricas das empresas municipais não coincidem diretamente com os valores apresentados nas demonstrações financeiras individuais. As divergências resultam das anulações das operações recíprocas, bem como de todo o processo de transformação SNC – POCAL.

4- DÍVIDAS DE E A TERCEIROS

4.1 – Dívidas de terceiros

O Balanço consolidado apresenta uma dívida de terceiros de curto prazo bruta ao Grupo do Município que ascende a € 3.243.269, no entanto e após a constituição de provisões nos termos do POCAL (ponto 2.2.5 deste anexo), o valor líquido das dívidas de terceiros refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas em 2017 é de € 1.684.753, distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Município			EMAR			Vila Real Social			Ass. Régia Douro Park			TOTAL	TOTAL	Var% Anual
	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	
Cientes	125.012	86.669	44%	1.132.854	1.153.957	-2%	9.970	-3.061	-426%	39.182	40.564	100%	1.307.018	1.278.129	2%
Cientes em cobrança duvidosa (deduzidos das provisões)	25.561	29.743	-14%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	25.561	29.743	-14%
Estado e Outros Entes Públicos	107.432	67.859	58%	75.746	102.343	-26%	2.132	200	N/A	4.457	4.000	11%	189.767	174.403	9%
Adiant. a fornecedores de imobilizado	0	0		1.175	0	N/A	0		N/A	0	0		1.175	0	N/A
Outros Devedores	117.283	282.499	-58%	11.877	8.308	43%	1.192	999	19%	30.880	318.976	-90%	161.231	610.783	-74%
TOTAL	375.288	466.770	-20%	1.221.653	1.264.609	-3%	13.293	-1.862	-814%	74.519	363.540	-80%	1.684.753	2.093.058	-20%

Nota: Valores em euros

O montante constante nos outros devedores são, na sua maioria, resultado de pedidos de pagamento relativos a projetos financiados pelos Fundos Comunitários efetuados ao IFDR (Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional) e que à data de encerramento do exercício, as verbas não tinham entrado nos cofres do Grupo Municipal.

4.2 – Dívidas a Fornecedores

O Grupo Município apresenta uma dívida a fornecedores em 31.12.2017 de € 3.243.325, distribuídos da seguinte forma:

Descrição	Município			EMAR			Vila Real Social			Ass. Régia Douro Park			TOTAL	TOTAL	Var% Anual
	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	
Fornecedores	0	0	0%	2.370.117	2.301.457	3%	8.524	5.320	60%	72.819	36.383	100%	2.451.461	2.343.161	5%
Fornecedores Imobilizado	0	0	0%	601.687	636.001	-5%	0	0	0%	40.727	90.727	-55%	642.414	726.728	-12%
Outros Credores	15.996	0	N/A	2.842	2.711	5%	130.614	132.836	0%	0	0	0%	149.451	135.547	10%
TOTAL	15.996	0	0%	2.974.646	2.940.169	1%	139.137	138.157	1%	113.547	127.111	-11%	3.243.325	3.205.437	1%

Nota: Valores em euros

O valor das dívidas a fornecedores do grupo municipal manteve-se em 2017, ao mesmo nível do anterior, verificando-se um aumento de 1% quando comparado com o exercício transato.

5- INFORMAÇÕES SOBRE SALDOS FINANCEIROS

5.1- DESCRIÇÃO DOS SALDOS E FLUXOS FINANCEIROS

No ano de 2017 foram realizadas diversas operações inter grupo, resultantes de protocolos celebrados e venda/serviços prestados entre as empresas municipais (entidades consolidadas) e entre as empresas municipais e o Município de Vila Real (entidade consolidante).

Deste modo, reflete-se de seguida, todos os fluxos financeiros (recebimentos/pagamentos), repartidos pelas 4 entidades do Grupo Municipal.

MUNICÍPIO DE VILA REAL										
Tipo de Fluxos	Obrigações/Pagamentos					Direitos/Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
Subsídios	0	473.043		473.043	0					0
Relações comerciais	16.620	387.727		404.347	0				0	0
	16.620	860.771	0	877.391	0	0	0	0	0	0
ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO RÉGIA-DOURO PARK										
Subsídios					0		200.000		200.000	0
Relações comerciais	0	3.664		3.664	0	0	118.480		118.480	0
	0	3.664	0	3.664	0	0	118.480	0	118.480	0
EMARVR										
Subsídios					0		103.043		103.043	0
Relações comerciais					0	849	276.727		277.249	327
	0	0	0	0	0	849	379.770	0	380.292	327
VILA REAL SOCIAL										
Subsídios					0		170.000		170.000	0
Relações comerciais	849	3.816		4.338	327	16.620	0		16.620,00	0
	849	3.816	0	4.338	327	16.620	170.000	0	186.620	0
TOTAL	17.469	868.250	0	885.392	327	17.469	668.250	0	685.392	327

Nota: Valores em euros

6- INFORMAÇÕES RELATIVAS ÀS RUBRICAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

6.1 – Descrição do Ativo Imobilizado e Amortizações

Decomposição do Imobilizado Incorpóreo

Imobilizado Incorpóreo 2017	Município	Vila Real Social		EMARVR		Régia Douro Park		TOTAL		Total da Rubrica
	Valor	Valor	Ajustamentos	Valor	Ajustamentos	Valor	Ajustamentos	Valor	Ajustamentos	
Despesas de investigação e desenvolvimento		37.023	-8.296					37.023	-8.296	28.727
Propriedade Industrial	638.156					8.824		646.979		646.979
Imobilizações em curso	72.065							72.065		72.065
TOTAL	710.221	37.023	-8.296			8.824		756.068	-8.296	747.771
Imobilizado Incorpóreo 2016	Município	Vila Real Social		EMARVR		Régia Douro Park		TOTAL		Total da Rubrica
	Valor	Valor	Ajustamentos	Valor	Ajustamentos	Valor	Ajustamentos	Valor	Ajustamentos	
Despesas de investigação e desenvolvimento		37.023	-8.296					37.023	-8.296	28.727
Propriedade Industrial	549.514					8.824		558.337		558.337
Imobilizações em curso	41.402							41.402		41.402
TOTAL	590.916	37.023	-8.296			8.824		595.361	-8.296	628.466

Nota: Valores em euros

Decomposição do Imobilizado Corpóreo

Imobilizado Corpóreo	Município			Vila Real Social					
	Valor 2017	Valor 2016	Var % Anual Imob	Valor 2017	Ajust.	Valor 2016	Ajust.	Var % Anual Imob	Var % Anual Ajustam.
Terrenos e Recursos Naturais	22.170.968	22.133.487	0%	356.700		356.700		0%	0%
Edifícios e Outras Construções	89.540.914	88.199.564	2%	11.328.484		11.275.536		0%	0%
Equipamento Básico	4.469.947	4.205.843	6%	73.478		73.478		0%	0%
Ferramentas e Utensílios	1.294.041	1.235.634	5%	0		0		N/A	0%
Equipamento Transporte	445.923	433.623	3%	0		0		N/A	0%
Equipamento Administrativo	3.818.541	3.540.710	8%	34.091		34.091		0%	0%
Taras e Vasilhame	0	0	N/A	0		0		N/A	0%
Outros Imobilizações Corpóreas	1.217.009	1.091.536	11%	16.543		16.543		0%	0%
Imobilizações em Curso	656.318	976.721	-33%					N/A	0%
TOTAL	123.613.661	121.817.117	1%	11.809.297	0	11.756.349	0	0%	0

Nota: Valores em euros

Imobilizado Corpóreo	Régia-Douro Park						EMARVR					
	Valor 2017	Ajust.	Valor 2016	Ajust.	Var % Anual Imob	Var % Anual Ajustam.	Valor 2017	Ajust.	Valor 2016	Ajust.	Var % Anual Imob	Var % Anual Ajustam.
Terrenos e Recursos Naturais	461.630	73.889	556.594	73.889	-17%	0%	454.103	0	455.455	0	0%	0%
Edifícios e Outras Construções	4.922.210	0	4.839.618	0	2%	0%	28.447.231	-746.401	27.212.480	-746.401	5%	0%
Equipamento Básico	1.086.250	0	1.086.250	0	0%	0%	1.629.520	0	1.613.621	0	1%	0%
Ferramentas e Utensílios	0	0	0	0	N/A	0%	235.851	0	132.225	0	78%	0%
Equipamento Transporte	0	0	0	0	N/A	0%	0	0	0	0	N/A	0%
Equipamento Administrativo	310.892	0	310.892	0	0%	0%	279.639	0	272.286	0	3%	0%
Taras e Vasilhame	0	0	0	0	N/A	0%	0	0	0	0	N/A	0%
Outros Imobilizações Corpóreas	2.181	0	1.757	0	24%	0%	92.478	-1.590	90.888	-1.590	2%	0%
Imobilizações em Curso	0	0	0	0	N/A	0%	8.005.280	0	2.667.013	0	200%	0%
TOTAL	6.783.162	73.889	6.795.111	73.889	0%	0%	39.144.100	-747.991	32.443.968	-747.991	21%	0%

Nota: Valores em euros

Decomposição dos Investimentos Financeiros

Investimentos Financeiros	Município 2017				Município 2016			
	Valor	Ajust.	Amort/Pro	Valor	Valor	Ajust.	Amort/Pro	Valor
Empresas Privadas	48.480.974	-44.569.949		3.911.025	36.625.804	-33.500.670		3.125.134
TOTAL	48.480.974	-44.569.949	0	3.911.025	36.625.804	-33.500.670	0	3.125.134

Nota: Valores em euros

Investimentos Financeiros	Vila Real Social 2017				Vila Real Social 2016			
	Valor	Ajust.	Amort/Pro	Valor	Valor	Ajust.	Amort/Pro	Valor
Fundo de Compensação do Trabalho	495	-495		0	303	-303		0
TOTAL	495	-495	0	0	303	-303	0	0

Nota: Valores em euros

Investimentos Financeiros	Régia Douro Park 2017					Régia Douro Park 2016				
	Valor	Ajust.	Amort/Pro	Ajust.	Valor	Valor	Ajust.	Amort/Pro	Ajust.	Valor
Fundo de Compensação do Trabalho	1.937	-1.937	0	0	0	1.144	-1.144	0	0	0
Terrenos e Recursos Naturais	195.797	-20.427	0	0	175.370	193.311	-16.996	0	0	176.315
Edifícios e Outras Construções	2.033.650	-195.916	53.927	2.544	1.781.263	2.009.053	-141.715	54.464	-17.506	1.830.380
TOTAL	2.231.383	-218.280	53.927	2.544	1.956.633	2.203.508	-159.855	54.464	-17.506	2.006.695

Nota: Valores em euros

Investimentos Financeiros	EMAR 2017					EMAR 2016				
	Valor	Ajust.	Amort/Pro	Ajust.	Valor	Valor	Ajust.	Amort/Pro	Ajust.	Valor
Fundo de Compensação do Trabalho	1.740	-1.740			0	1.041	-1.041			0
Edifícios e Outras Construções	8.885.239	-515.161	2.973.983	455.869	4.940.225	8.885.239	-515.161	2.824.615	360.733	5.184.730
TOTAL	8.886.979	-516.901	2.973.983	455.869	4.940.225	8.886.280	-516.202	2.824.615	360.733	5.184.730

Nota: Valores em euros

Os valores registados em Investimentos Financeiros por parte do Município referem-se ao reconhecimento do Fundo de Apoio Municipal e da aplicação do MEP nas entidades excluídas do perímetro de consolidação, nomeadamente o FAM e a participação nas Águas do Norte, SA, bem como os Certificados de Renda Perpétua (Títulos de Dívida Pública) na posse do Município desde meados do século XX e que possuem um valor total de € 2.963.

Nas entidades consolidadas os ajustamentos relativos ao Fundo de Compensação do Trabalho, traduziu-se na sua reclassificação em "Outros Devedores", tendo por base a não aplicação da respetiva legislação aos funcionários contratados pela autarquia.

Os ajustamentos efetuados, na rubrica em análise prendem-se com a eliminação do imposto municipal SISA considerado como custo de aquisição pela empresa municipal EMARVR, sendo as amortizações recalculadas nos termos do CIBE, originando, no caso da Associação para o Desenvolvimento do Régia-Douro Park a um aumento de vida útil, tendo-se verificado a situação inversa na empresa municipal EMARVR.

Bens do Domínio Público:

Bens do Domínio Público	Município			TOTAL da Rúbrica 2017	TOTAL da Rúbrica 2016
	Valor	Amortização	Valor Líquido		
Terrenos e Recursos Naturais	7.835.723		7.835.723	7.835.723	7.793.819
Edifícios e Outras Construções	59.471.219	27.972.176	31.499.044	31.499.044	31.815.680
Bens do Património Histórico, art. Cultural	67.966		67.966	67.966	31.321
Outros bens do Domínio Público	235.404		235.404	235.404	235.404
Imobilizações em Curso	3.036.092		3.036.092	3.036.092	1.594.771
TOTAL	70.646.404	27.972.176	42.674.229	42.674.229	41.470.995

Nota: Valores em euros

Os valores totais, a 31 de dezembro de 2017, dos bens contabilizados na rubrica Bens do Domínio Público, registaram um ligeiro aumento face ao existente no final de 2016.

Amortizações Acumuladas do Imobilizado Corpóreo e Incorpóreo:

Amortizações Acumuladas	Município	Vila Real Social		EMARVR		Régia Douro Park		TOTAL		Total da Rubrica
	Valor	Valor	Ajust	Valor	Ajust	Valor	Ajust	Valor	Ajust	
Imobilizado Incorpóreo 2017										
Despesas de Instalação										
Despesas de investigação e desenvolvimento		37.023	-8.296					37.023	-8.296	28.727
Propriedade Industrial	512.119					7.961		520.080		520.080
Imobilizado Corpóreo 2017										
Terrenos e Recursos Naturais										
Edifícios e Outras Construções	20.332.169	1.613.641	-861.993	12.868.093	3.289.855	627.985	-469.461	35.441.888	1.958.401	37.400.289
Equipamento Básico	3.359.373	63.997	1.491	1.310.162	4.533	165.819	-40.817	4.899.351	-34.793	4.864.558
Equipamento Transporte	1.045.290			96.164	-19.953			1.141.453	-19.953	1.121.500
Ferramentas e Utensílios	347.329							347.329		347.329
Equipamento Administrativo	3.394.830	33.640	-566	254.481	-3.127	134.899	-6.761	3.817.850	-10.454	3.807.396
Taras e Vasilhame										
Outros Imobilizações Corpóreas	814.063	16.030	-69	92.478	-3.026	1.697	-884	924.267	-3.978	920.289
Imobilizações em Curso										
TOTAL 2017	29.805.173	1.764.331	-869.433	14.621.377	3.268.282	938.361	-517.922	47.129.242	1.880.926	49.010.168
Imobilizado Incorpóreo 2016										
Despesas de Instalação										
Despesas de investigação e desenvolvimento		37.023	-8.296					37.023	-8.296	28.727
Propriedade Industrial	420.064					5.818		425.882		425.882
Imobilizado Corpóreo 2016										
Terrenos e Recursos Naturais										
Edifícios e Outras Construções	18.541.835	1.334.247	-700.063	12.174.928	2.755.678	383.939	-288.167	32.434.950	1.767.448	34.202.398
Equipamento Básico	3.080.542	61.222	972	1.241.620	4.612	72.113	-9.777	4.455.497	-4.193	4.451.303
Equipamento Transporte	984.371			72.231	-10.072			1.056.602	-10.072	1.046.530
Ferramentas e Utensílios	307.507							307.507		307.507
Equipamento Administrativo	3.175.903	33.189	-740	243.623	-1.809	65.148	34.857	3.517.863	32.309	3.550.171
Taras e Vasilhame										
Outros Imobilizações Corpóreas	708.233	15.810	-147	92.478	-3.026	1.008	-132	817.529	-3.305	814.224
Imobilizações em Curso										
TOTAL 2016	27.218.455	1.481.492	-708.274	13.824.879	2.745.384	528.026	-263.220	43.052.851	1.773.890	44.826.742
Variação Anual absoluta	2.586.719	282.839	-161.160	796.498	522.898	410.335	-254.703	4.076.391	107.036	4.183.426
Variação Anual em %	9%	16%	19%	5%	16%	44%	49%	9%	6%	9%

Nota: Valores em euros

Os ajustamentos efetuados devem-se à reclassificação dos ativos fixos (metodologia SNC) em Imobilizado – POCAL.

Refira-se que os ajustamentos nas amortizações, através da aplicação das taxas constantes no CIBE (POCAL), provocaram uma redução do valor líquido dos bens corpóreos e incorpóreos em € 1.880.926.

As amortizações acumuladas dos bens das entidades consolidantes, segundo as taxas POCAL, aumentaram em € 4.183.426 no ano de 2017 face a 2016, justificada pelos seguintes itens:

- Correção das taxas de depreciação aplicadas no âmbito do normativo SNC para o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aplicada pela empresa mãe do grupo municipal;
- Aumento do valor do imobilizado do Grupo do Município sujeito a amortização, originado pelo início da amortização de bens que se encontravam anteriormente em Imobilizado em curso.

6.2 – Descrição das dívidas de cauções

O Grupo Municipal de Vila Real apresenta contabilizados no seu passivo a verba total de € 1.592.984, correspondentes aos valores de cauções, que servem de garantia ao Município pela execução das obras/serviços adjudicados e/ou de loteamentos solicitados pelos municípios.

Estes valores correspondem a operações não orçamentais:

Descrição	Município			EMAR			Vila Real Social			Ass. Régia Douro Park			TOTAL 2017	TOTAL 2016	Var % Anual
	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %			
Cientes, contribuintes e Utentes	101.939	93.702	9%	88.110	88.110	0%	0	0	0%	0	0	N/A	190.050	181.813	5%
Fornecedores	932.045	744.059	25%	372.923	213.040	75%	0	0	0%	97.966	193.636	-49%	1.402.934	1.150.735	22%
TOTAL	1.033.985	837.762	23%	461.033	301.150	53%	0	0	0%	97.966	193.636	-49%	1.592.984	1.332.548	20%

Nota: Valores em euros

6.3 – Vendas e Prestações de Serviços

Os proveitos relacionados diretamente com a atividade atingem o valor global de € 22.231.661, discriminados da seguinte forma:

Descrição	Município			EMAR			Vila Real Social			Ass. Régia Douro Park			TOTAL	TOTAL	Var %
	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Var %	2017	2016	Anual
Vendas	4.044	4.469	-10%	2.339.145	2.354.142	-1%						N/A	2.343.189	2.358.611	-1%
Prestações de Serviços	2.969.638	2.976.257	0%	6.455.073	6.516.484	-1%	542.174	543.183	0%	145.396	112.848	29%	10.112.281	10.148.772	0%
Impostos e Taxas	9.776.191	9.893.938	-1%										9.776.191	9.893.938	-1%
TOTAL	12.749.873	12.874.664	-1%	8.794.217	8.870.626	-1%	542.174	543.183	0%	145.396	112.848	29%	22.231.661	22.401.321	-1%

Nota: Valores em euros

6.4 – Demonstração de Resultados Financeiros

Os Resultados Financeiros de 2017 atingem um valor negativo de € 298.830, desdobrado da seguinte forma:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
681 - Juros Suportados	73.901	118.718
682 - Perdas em Entidades Participadas	0	0
683 - Amortizações de Investimentos em Imóveis	244.504	268.186
684 - Provisões para Aplicações Financeiras	0	0,33
685 - Diferenças de Câmbio Desfavoráveis	0	0
686 - Descontos de Pto Pagamento Concedidos	0	0
687 - Perdas na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0	0
688 - Outros Custos e Perdas Financeiros	77.600	70.678
RESULTADOS FINANCEIROS		
TOTAL	396.005	457.583

Nota: Valores em euros

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
781 - Juros Obtidos	13.402	20.946
782 - Ganhos em Entidades Participadas	80.375	82.052
783 - Rendimentos de Imóveis	3.395	8.912
784 - Rendimentos Participação de Capital	0	0
785 - Diferença de Câmbio Desfavorável	0	0
786 - Dec. De Pto. Pagamento Obtidos	0	0
787 - Ganhos na Alienação de Aplicações de Tesouraria	0	0
788 - Outros Proveitos e Ganhos Financeiros	3	2
RESULTADOS FINANCEIROS	298.830	345.672
TOTAL	396.005	457.583

6.5– Demonstração de Resultados Extraordinários

Os Resultados Extraordinários de 2017 atingem um valor positivo de € 2.017.040 tendo a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
691 - Transferências de Capital Concedidas	956.110	500.160
692 - Dívidas Incobráveis	0	0
693 - Perdas em Existências	0	16
694 - Perdas em Imobilizações	494.423	381.169
695 - Multas e Penalidades	289	540
696 - Aumentos Amortiz. Provisões	0	0
697 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores	153.380	210.423
698 - Outros Custos e Perdas Extraordinários	60.139	87.713
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS	2.060.683	2.467.754
TOTAL	3.725.024	3.647.776

Nota: Valores em euros

PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIO 2017	EXERCÍCIO 2016
791 - Restituição de Impostos	0	0
792 - Recuperação de Dívidas	43.643	0
793 - Ganhos em Existências	3.295	7.989
794 - Ganhos em Imobilizações	17.216	4.132
795 - Benefícios Penali. Contratuais	30.170	255.770
796 - Reduções Amort. Provisões	17.712	35.201
797 - Correções Relativas a Exercícios Anteriores	136.691	215.608
798 - Outros Proveitos Extraordinários	3.476.296	3.129.075
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		
TOTAL	3.725.024	3.647.776

7- IMPOSTOS DIFERIDOS

As EM's, nos termos da aplicação do SNC – Sistema de Normalização Contabilística reconhecem os passivos por impostos diferidos pagáveis em exercícios futuros ao registar os Subsídios de Investimento na conta de Outras Variações no Capital Próprio. No âmbito da consolidação e uma vez que o POCAL é omissor relativamente a Impostos Diferidos, estes foram eliminados.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including "Spain", "R.", "A.", "J27", and "ck"]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Grupo Público Municipal de Vila Real, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 200.255.180 euros e um total de fundos próprios positivos de 121.162.930 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.554.812 euros), a demonstração de resultados consolidados, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

ÊNFASES

- a) Conforme referido na alínea a) do parágrafo ênfases da certificação legal das contas individuais, relativa ao exercício de 2017, do Município de Vila Real, na sequência da orientação emanada pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, o Município reconheceu, no presente exercício, como investimento financeiro as participações que detém na Associação para o Desenvolvimento do Régia Douro Park, no valor de 8.246.094 euros e, na Associação de Municípios Douro Alliance – Eixo Urbano do Douro, no valor de 404.163 euros.
- b) Conforme referido na alínea a) do parágrafo ênfases da certificação legal das contas individuais, relativa ao exercício de 2017, da EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, EM, SA, foram reclamados pela ATMAD, como créditos vencidos e não regularizados, respeitantes a faturação de consumos mínimos e respetivos juros de mora, não aceites pela EMARVR, não se encontrando, por isso, registados contabilisticamente, no montante de 6.065.000 de euros, dizendo respeito aos anos de 2008 a 2017, grande parte dos quais se encontram reclamados judicialmente. Para acautelar este risco a EMARVR tem constituídos 2.354.103 euros de provisões para riscos e encargos, dos quais, 723.557 euros foram constituídos no período em análise.
- c) Conforme referido na alínea b) do parágrafo ênfases da certificação legal das contas individuais, relativa ao exercício de 2017, da EMARVR, Água e Resíduos de Vila Real, EM, SA, a EMARVR não efetuou o pagamento à ATMAD de faturas referentes à compra de água e tratamento de esgotos considerando que este fornecedor lhe deve o valor de cerca de 1.754.000 euros, relativo à cedência de terrenos da ETAR de Vila Real (propriedade da EMARVR) e ainda não escriturados. Com o propósito de acerto de contas a EMARVR reteve o valor faturado por aquela entidade até ao montante que considera dever ser ressarcido, montante este que permanece na conta "22-Fornecedores c/c".
- A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro do Grupo de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- Elaboração do relatório de gestão consolidado nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas. Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Em nossa opinião, o relatório de gestão consolidado foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 12 de junho de 2018

[Handwritten signature in blue ink]

Representada por Rodrigo Ribas Pacheco
R.O.C. n.º 1163

PARECER SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Ex.mos Senhores Deputados da
Assembleia Municipal de Vila Real

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Público Municipal de Vila Real, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que compreendem o relatório de gestão consolidado, o balanço consolidado, a demonstração dos resultados consolidada e os respetivos anexos consolidados, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade do Município, bem como das principais entidades englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal em vigor, tendo recebido do Órgão Executivo, dos diversos serviços bem como das entidades englobadas na consolidação as informações e os esclarecimentos que considerámos necessários.

Procedemos ainda à apreciação do relatório de gestão consolidado e da sua conformidade com a legislação aplicável e com as contas do exercício. Finalmente, procedemos à revisão das demonstrações financeiras consolidadas anuais e à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

Porto, 12 de junho de 2018

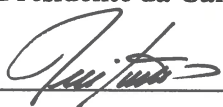


RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO – 2017

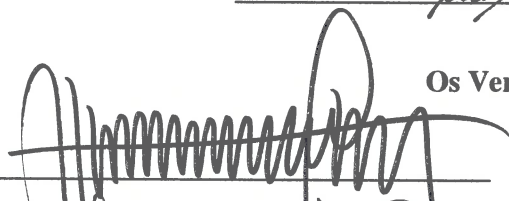
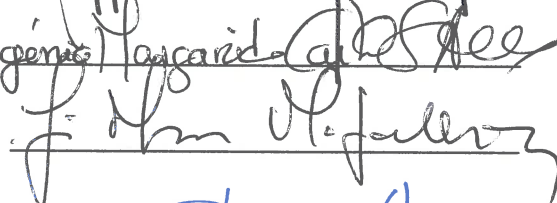





ENCERRAMENTO

O presente RELATÓRIO E CONTAS foi aprovado, por maioria, em reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 18 de Junho de 2018, para ser presente à Assembleia Municipal.

O Presidente da Câmara



Os Vereadores


Eugénio Margarido

João Afonso

António Filipe

Rafael da Costa

M. Almeida

António

Manuel Carlos

APROVAÇÃO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

O RELATÓRIO E CONTAS que antecede foi presente e aprovado, por _____, em sessão ordinária da Assembleia Municipal que se realizou em 29 de Junho de 2018, tendo todas as suas folhas e anexos sido rubricados pela mesa, que abaixo assina.

O Presidente

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Cidades Geminadas com Vila Real



OSNABRÜCK



VILLE DE GRASSE



OURENSE

Mende

Armas de Ouro, com uma coroa de carrascos folhados e frutados de sua cor, enfiada por uma espada de prata, empunhada por uma mão de carnação movente do pé do escudo; ao centro da coroa a palavra “Aleu”, de vermelho.

Bandeira gironada de verde e branco com um listel branco e os dizeres “Vila Real”, de negro.



www.cm-vilareal.pt



Vila Real é
Placa de Honra do Conselho da Europa
Distinção conferida em 2006



Vila Real é
Bandeira “Autarquia mais familiarmente Responsável”
2010 a 2017